

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

### DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>105/2018</b>
Referência:	
Interessado(a):	

**EMENTA:**

DECISÃO

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>106/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-495/2017</b>
Interessado(a):	<b>MÃO FORTE AMBIENTAL CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS EIRELI - ME</b>

**EMENTA: Determina que a empresa Mão Forte Ambiental Controle Integrado de Pragas EIRELI – ME necessita de registro junto ao CREA SP e da outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-495/2017** que trata de apuração de atividades da empresa Mão Forte Ambiental controle Integrado de Pragas EIRELI – ME. Considerando que a empresa foi notificada para requerer o registro no CREA SP indicando profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu responsável técnico, sob pena de autuação nos termos do artigo 59 da lei 5194/66. Considerando que a empresa apresenta manifestação de que está se registrando no CRBio. Considerando que o relator do processo vota para que a empresa indique responsável técnico Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal, sob pena de autuação. Considerando que o processo foi pautado na reunião ordinária do mês de março de 2018. Considerando que foi objeto de vista da Conselheira Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo. Considerando a Lei nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, em especial os artigos 7º, 8º e 59. Considerando da Resolução nº 218/73 do CONFEA, que discrimina as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e Agronomia. Considerando o Decreto nº 4.074/02, que regulamenta a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Considerando a Portaria nº 09/00 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, que estabelece Norma Técnica para Empresas Prestadoras de Serviço em CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS. Considerando que a interessada não comprovou registro no CRBIO, bem como não apresentou anotação de responsabilidade técnica, apenas um requerimento ao referido Conselho. Considerando que a Matriz curricular dos cursos de Ciências Biológicas não capacitam o aluno para atuar em atividades de controle de vetores e pragas agrícolas. Considerando a Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades. Considerando que a vistora vota para que a interessada requeira registro junto ao CREA SP e indique profissional como Responsável Técnico legalmente

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

habilitado Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal, sob pena de infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. **DECIDIU: 1) Rejeitar o parecer do Conselheiro relator.** Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. **2) Aprovar o parecer da vistora para que a empresa Mão Forte Ambiental Controle Integrado de Pragas EIRELI – ME requeira registro junto ao CREA SP e indique profissional como Responsável Técnico legalmente habilitado Eng. Agrônomo ou Eng. Florestal, sob pena de infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>107/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-492/2016</b>
Interessado(a):	<b>LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S.A.</b>

**EMENTA: Cancela o Auto de Infração ANI nº 17088/2016 e da outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-492/2016** que trata de processo iniciado como apuração de atividades da empresa Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A., mas que posteriormente foi lavrado auto de infração pelo artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando o Relatório de Fiscalização. Considerando que as principais atividades desenvolvidas pela empresa interessada são: armazena e exporta suco de laranja FCOJ e NFC. Considerando o quadro técnico composto pelos profissionais: Engenheiro de Controle e Automação, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Técnico em Eletrotécnica Odilon Tavares dos Santos Neto e Engenheiro de Alimentos Gabriel Jorge Moreira e que a manutenção dos equipamentos realizada pelas empresas JAT Instrumentação e Comércio Ltda. e Sidney Teotônio de Melo-ME. Considerando que a empresa foi notificada para requerer o seu registro no CREA-SP, indicando profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu responsável técnico, sob pena de autuação de acordo com o artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando que foi lavrado auto de infração por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66 uma vez que a interessada “vem desenvolvendo as atividades de FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, RESPECTIVAMENTE NFC (SUCO DE LARANJA IN NATURA PASTERIZADO) E FCOJ (SUCO DE LARANJA CONCENTRADO CONGELADO), conforme apurado pela fiscalização. Considerando que a empresa apresentou defesa informando que não desempenha qualquer atividade privativa de engenheiro arquiteto ou engenheiro agrônomo no estabelecimento autuado; que não estabelecimento autuado não realiza ou executa nenhuma obra ou serviço de qualquer natureza; que a atividade de armazenamento e exportação de suco de laranja no estabelecimento autuado não é afeta a exigência de auto de infração e que esta cadastrada no CRQ atendendo aos padrões de segurança e visando a proteção da sociedade através de um profissional técnico e com conhecimento específico devidamente registrado no CRQ e requer que seja reconhecido os argumentos apresentados e a insubsistência do auto de infração determinando o seu cancelamento. Considerando que a interessada na sua defesa apresenta cópia do Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica nº 388/16, referente ao cadastro da empresa no Conselho Regional de Química, tendo o profissional João Batista Nanuci como responsável técnico pelas atividades da área de química e, cópia das Atas das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 15/10/2013, de 01/09/2014 e de 13/01/2015, destacando-se que a matriz da empresa é em São Paulo-SP e o seu objetivo social: a) industrialização de produtos agrícolas, especialmente de frutas cítricas para a produção de sucos concentrados e congelados, de farelo de polpa cítrica e outros derivados, bem como a execução de coleta de amostras desses produtos e de quaisquer de suas matérias primas; b) exploração de atividades agrícolas em terras próprias ou de terceiros; especialmente no cultivo de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

laranja e de outras frutas cítricas; c) compra, venda,...; d) geração e comercialização de energia elétrica; e) prestação de serviços agrícolas a terceiros; f) o exercício da atividade de operador portuário; g) administração...; h) realização de reformas e construções nas instalações portuárias pertinentes; i) realização de atividades de recebimento, armazenagem e embarque de produtos e mercadorias; j) comércio atacadista...; k) prestação de serviços correlatos às atividades portuárias; e i) a participação em outras sociedades. Considerando que as atividades da filial da empresa que foi autuada se restringem à armazenagem e exportação de suco de laranja FCOJ e NFC. Consultando a Resolução Normativa nº 36 de 25/04/1974 do CRQ, verifica que essas atividades também são atribuições dadas aos profissionais de química. A interessada comprova que está registrada no CRQ (3046/14) sob o nº 248650-F, com emissão da ART nº 388/2016, sendo que o seu responsável técnico João Batista Nanuci está registrado no referido conselho (registro nº 04208003). Considerando a Lei 5.194/66, em especial o artigo 7º, 8º, 45, 46, 59 e 73. Considerando que a Lei federal 6.839/80, dispõe que o registro para habilitação profissional se dará em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, havendo doutrina jurídica que interpreta a exigência de dois registros como bitributação, e, nesta hipótese, descabida tal imposição, de “requerer o registro no CREA/SP”; considerando que apesar de constar no objetivo social da empresa (Matriz) atividades exclusivas de profissionais do sistema Confea/Creas, a filial que foi objeto da fiscalização exerce atividades que também podem ser atribuídas a profissionais da Química, DECIDIU: **Pelo cancelamento do Auto de Infração ANI nº 17088/2016 e pela não exigência de registro neste CREA - SP.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>108/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-826/2017</b>
Interessado(a):	<b>CREA-SP</b>

**EMENTA: Declara que a Engenheira Florestal ALINE DANIELE JACON, não tem atribuição para orientações técnicas sobre irrigação em viveiros.**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-826/2017** que trata da consulta da profissional Engenheira Florestal Aline Daniele Jacon, registrada no CREA SP sob o nº 5069959420, com as atribuições do artigo 10 da Resolução 218/73 do Confea, informa e solicita conforme segue: “Estou desenvolvendo um projeto de restauração florestal em uma ilha. A empresa está querendo que além do projeto executivo seja planejado um viveiro com irrigação. Sou engenheira florestal mas não fiz disciplinas de irrigação, portanto não tenho atribuição técnica para isso. Minha dúvida é, eu posso dar orientações técnicas sobre irrigação em viveiro, mesmo não tendo atribuição e a art emitida foi de projeto executivo de restauração florestal? O viveiro será para crescimento e rustificação de 34 mil mudas, produzidas em 3 anos. Com esses números e descrições, essa atividade entra como atividades correlatas ao projeto de restauração florestal?” Considerando a Lei 5.194/66. Considerando a Resolução 218/73 do Confea, em especial o artigo 10 e 25. Considerando a Resolução 1.073/16, do Confea, em especial o artigo 4º. Considerando que a diversidade das grades curriculares, e que na maioria dos cursos de Engenharia Florestal contemplam disciplinas de viveiros, produção de mudas florestais com irrigação foi solicitado a grade curricular/ histórico. Considerando que a profissional foi notificada para apresentar o seu histórico escolar, uma vez que se graduou em Viçosa – MG, mas não atendeu a notificação. Considerando a declaração da profissional interessada de que não cursou as disciplinas de irrigação. DECIDIU: **1) Por rejeitar o parecer do relator.** Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. **2) Por aprovar o parecer da vistora pela declaração que a Engenheira Florestal ALINE DANIELE JACON, não tem atribuição para orientações técnicas sobre irrigação em viveiros.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>109/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>A-685/2016 V2</b>
Interessado(a):	<b>THIAGO FANTUS RIBEIRO</b>

**EMENTA: Defere a emissão de Certidão de Acervo Técnico das ART 92221220160746747, ART 92221220161290516, ART 92221220161225264 e ART 92221220161225377.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **A-685/2016 V2** que trata da solicitação de emissão de CAT com registro de atestado. Considerando as cópias da ART 92221220160746747, referente a Atividade Técnica: Coleta de dados e processamento – dados e informações cartográficas, cadastro de 7.281 unidades residenciais, data do contrato: 09/06/2015 a 09/09/2015; ART 92221220161290516 referente a Atividade Técnica: Coleta de dados e processamento – dados e informações cartográficas, regularização de ART obras e serviços parcialmente concluídos, data do contrato: 09/06/2015 a 10/06/2016; ART 92221220161225264 referente a Atividade Técnica: Coleta de dados e processamento – dados e informações cartográficas, cadastro de 7.281 unidades residenciais, data do contrato: 09/06/2015 a 09/04/2016; ART 92221220161225377 referente a Atividade Técnica: Coleta de dados e processamento – dados e informações cartográficas, data do contrato: 10/04/2016 a 10/06/2016. Considerando o Atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Santa Branca, no qual se destaca o objeto de contratação informado. Considerando o atestado de execução de serviço expedido pela Prefeitura Municipal de Santa Branca. Considerando o contrato n. 75/2015. Considerando o Resumo profissional referente ao Interessado. Considerando o Relatório resumo da empresa (Fls 11 a 14). Considerando a Lei nº 5.194/66, da qual destacamos: Art. 45. Considerando a Lei nº 6.496/77, em especial o Art. 1º e 2º. Considerando a Resolução nº 1.025/09, da qual destacamos: Art. 4º, 25, 26, 27, 28, 47, 49, 50, 51, 57, 58, 59 e 63. Considerando a Decisão Normativa nº 085/11 que aprova o manual de procedimentos operacionais para aplicação da Resolução nº 1.025/09, com destaque para o item 11. Considerando a Resolução nº 218/73, com destaque para: Art. 1º e 5º. **DECIDIU: Pela emissão da Certidão de Acervo Técnico pelos serviços referentes a ART 92221220160746747, ART 92221220161290516, ART 92221220161225264 e ART 92221220161225377.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João





Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>110/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-47/2010 V3</b>
Interessado(a):	<b>FACULDADE EDUVALE DE AVARÉ</b>

**EMENTA: Fixa as atribuições da turma de 2017 do Curso de Agronomia da Faculdade Eduvale de Avaré.**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-47/2010 V3** que trata da análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos formados no ano letivo de 2017 do curso de Agronomia da Faculdade Eduvale de Avaré. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 13/2017 da reunião de 08/02/2017, ou seja: “Por conceder aos formados nos anos letivos de 2015 e 2016 no Curso de Agronomia da Faculdade Eduvale de Avaré as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02.” Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2017. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos formados de 2017. Considerando os artigos 7º, 10, 11 e 46 (alínea “d”) da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando o Decreto 23.196/33; considerando o artigo 5º da Resolução Nº 218/73. Considerando que o título “Engenheiro Agrônomo” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 311 – 02 – 00; considerando que não houve alterações da grade curricular. DECIDIU: **Por conceder aos formados no ano letivo de 2017 no Curso de Agronomia da Faculdade Eduvale de Avaré as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng.



Fls. Nº \_\_\_\_\_

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>111/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-558/2016</b>
Interessado(a):	<b>FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO INTEGRAL - FEF</b>

**EMENTA: Concede o cadastramento do curso de Pós-Graduação em Agricultura de Precisão da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-558/2016** que trata da solicitação de cadastramento do curso de pós Graduação da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FEF. Considerando que a Instituição de ensino e informa período de realização do curso – 02/04/2016 a 20/05/2017. Considerando que apresenta Justificativas; Local de realização; Período de realização; Cargas horárias; Cronograma; Frequência exigida; Formas de avaliação; Modelo de certificado; Modelo de histórico escolar; Pré-requisitos para matrícula; Descrição do espaço físico; Mini Currículo do coordenador; Cadastro do curso; Autorização de funcionamento; Ata do CONSU – FAEF, referente à criação do curso e Cadastramento do curso feito pela UGI no CREA-SP. Considerando o Formulário "B" do Anexo da Resolução 101/05, do CONFEA, referente ao Cadastramento dos Cursos da Instituição de Ensino. Considerando o Projeto Pedagógico contendo: Identificação, Objetivos, Conteúdo Programático, Metodologia e Referências Bibliográficas de cada disciplina. Considerando o currículo ideal do curso composto por disciplinas obrigatórias e optativas para duração mínima de 08 semestres e máxima de 14 semestres, totalizando 206 créditos e carga horária de 3.090h. Considerando a Grade Curricular com códigos e créditos de cada disciplina. Considerando a Relação atual de docentes do curso. Considerando que o Curso de Especialização em Agricultura de Precisão da FAEF, de Garça, está cadastrado no Ministério da Educação MEC e CREA-SP. Considerando informação de que o referido curso teve início em maio de 2016 e término em outubro de 2017. Considerando que a grade curricular, a carga horária e o corpo docente, exceto docente que não se enquadra em formação apreciada por esta Câmara, apresentados pela Instituição de Ensino contemplam os requisitos mínimos exigidos pela Lei nº 5.194/1966. Considerando que o coordenador e docente participante do curso de Pós-Graduação não tem formação técnica na área do curso e apreciada por esse Conselho. Considerando que todos os egressos deverão possuir título de graduação de nível superior na modalidade Agronomia para obter extensão de atribuições, conforme Resolução nº 1073/2016. Considerando que não consta do processo a relação de egressos e suas respectivas formações acadêmicas. Considerando que os egressos deverão possuir título de graduação de nível superior na modalidade Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

como pré-requisito exigido na matrícula. DECIDIU: **Por conceder o cadastramento do curso de Pós-Graduação em Agricultura de Precisão da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF neste Conselho. Pela manutenção de atribuições profissionais já cadastradas pelos títulos profissionais dos egressos, conforme obrigatoriedade de formação de nível superior para a referida turma de formandos. Pela não concessão das atribuições profissionais para as turmas de formandos futuras, sendo necessário que a Instituição de Ensino Superior se manifeste, caso alterações na grade curricular ocorram e que afetem mudança em atribuições, devendo a Instituição de Ensino encaminhar as solicitações de atribuições profissionais a esta Câmara para reanálise, atualizando, quando pertinente, as informações sobre sua situação quanto ao Reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Com abstenção da Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha. Não havendo votos contrários.  
*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>112/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-143/1971 V6 e V7</b>
Interessado(a):	<b>CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL</b>

**EMENTA: Fixa as atribuições da turma de 2018 do curso de Engenharia Agrônômica do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-143/1971 V6 e V7** que trata da análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições a serem concedidas aos formados no ano letivo de 2018 do curso de Engenharia Agrônômica do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 65/2015 da reunião de 09/04/2015, ou seja: “pela anotação do título profissional como Engenheiro(a) Agrônomo(a) (Cód. 311-02-00 da Resolução 473/02 do Confea), assim como da extensão às turmas que se formam em 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 das atribuições concedidas àquela de 2008-2, conforme abaixo: “do Art. 5º da Resolução nº 218/73, do Confea, sem prejuízo às do Decreto Federal 23.196/33”. Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados de 2018. Considerando os artigos 7º, 10, 11 e 46 (alínea “d”) da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando o Decreto 23.196/33. Considerando o artigo 5º da Resolução Nº 218/73. Considerando que o título “Engenheiro Agrônomo” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 311 – 02 – 00. Considerando que não houve alterações da grade curricular. **DECIDIU: Por conceder aos formados no ano letivo de 2018 no Curso de Engenharia Agrônômica da do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>113/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-616/2012 V3 e V4</b>
Interessado(a):	<b>Etec Prof. Matheus Leite de Abreu</b>

**EMENTA: Fixa as atribuições da turma de 2017 do curso de Técnico em Agropecuária da Etec Prof. Matheus Leite de Abreu.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-616/2012 V3 e V4** que trata da revisão anual de atribuições e é encaminhado à CEA pela UGI/São José do Rio Preto, para fixar/referendar atribuições aos concluintes em 2017 do curso de Técnico em Agropecuária da Etec Prof. Matheus Leite de Abreu. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 167/2017, da reunião de 20.07.2017, ou seja, “por conceder aos formados no ano letivo de 2016 do Curso Técnico em Agropecuária da Etec Professor Matheus Leite de Abreu as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02)” 3. Considerando que a instituição de ensino declarou que não houve alterações para os concluintes de 2017 na matriz curricular, exceto para o componente Língua Estrangeira Moderna-Espanhol que em 2016 era desenvolvida por Projeto HAE e em 2017 faz parte da matriz curricular, porém com a mesma carga horária, sem prejuízo aos formandos,. Considerando a comparação das grades curriculares, elaboradas pela analista destaca-se que: A matriz curricular do curso (Integrado ao Ensino Médio) de 2015 – 2015 a 2017 (fl. 672) – que comparada com a anteriormente apresentada (de 2014 – 2014 a 2016, às fl. 653 do V3) demonstra os mesmos componentes curriculares, exceto quanto a: alteração na nomenclatura das disciplinas “Língua Portuguesa e Literatura” para “Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional” e “Língua Estrangeira Moderna-Inglês” para “Língua Estrangeira Moderna-Inglês e Comunicação Profissional”; inclusão da carga horária de 80 horas para a disciplina “Língua Estrangeira Moderna-Espanhol”. Considerando que a carga horária total do curso passou de 4.101 para 4.172 horas. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03; considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14. Considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. Considerando que o título “Técnico em Agropecuária” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00. Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alterações para os

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

concluintes de 2017 na matriz curricular, exceto para o componente Língua Estrangeira Moderna-Espanhol que em 2016 era desenvolvida por Projeto HAE e em 2017 faz parte da matriz curricular. Considerando a análise das alterações apresentadas. Considerando a carga horária do curso. DECIDIU: **Por conceder aos formados no ano letivo de 2017 do curso de Técnico em Agropecuária da ETEC Prof. Matheus Leite de Abreu as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>114/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-1267/2017 C2</b>
Interessado(a):	<b>CREA-SP</b>

**EMENTA: Informa o Meritíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Nuporanga, que os profissionais habilitados para a realização de Perícia Ambiental, em vistoria de área de preservação permanente e reserva legal, devem ser pertencente às modalidades Engenharia Agrônoma ou Engenharia Florestal.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-1267/2017 C2** que trata da solicitação do Meritíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Nuporanga a indicação de perito habilitado para a realização de vistoria em local de dano ambiental (áreas de preservação permanente e reserva legal), respondendo-se aos quesitos às questões já alencadas pelo Ministério Público na Ação Civil Pública 000947-81-2010.8.26.0397 – em cópias anexas aos presentes autos. Considerando que no Pedido de Antecipação de Tutela, encaminhado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, cópias em fls. 03 a 19, são citados 09 (nove) proprietários do imóvel Santa Cecília, localizado na zona rural de Sales de Oliveira, comarca de Nuporanga, com área total de 876,7660 hectares ou 362,30 alqueires, onde não houve a destinação de 20% da área total do referido imóvel à reserva florestal legal (RFL), não tendo sido providenciada a averbação da área destinada à reserva legal na inscrição de matrícula do imóvel, ainda tendo sido apurado, conforme Boletim de Ocorrência da Polícia Militar Ambiental, que a Área de Preservação Permanente (APP) está sendo ocupada pelo cultivo de cana-de-açúcar e pastoreio de bovinos, com destruição da vegetação natural e da mata ciliar que margea o córrego que conflui com o Ribeirão Guaraiuvira. Considerando que os autos indicam se tratar de área de imóvel rural onde não foram atendidas as exigências da preservação ambiental, conforme determina a legislação específica da matéria, em especial o Código Florestal e a legislação de Crimes Ambientais. Considerando a solicitação de perito habilitado é prevista no Decreto Lei Nº 3.689/1941, Código de Processo Penal, na Lei Federal Nº 13.105/2015 Código de Processo Civil, e na Lei Federal Nº 9.605, Lei de Crimes Ambientais, para casos em que ocorra a prática de crime ambiental, sendo de competência de autoridade judicial ou policial a requisição de realização de perícia técnica, a ser efetuada por profissional de nível superior, devidamente capacitado e habilitado para tal inquirição. Considerando que a perícia ambiental envolve conhecimentos técnicos especializados, na execução de procedimentos de diversas áreas do conhecimento, tais como sociologia, economia, saúde e salubridade, preservação ambiental, geologia e ecologia, entre outras. Considerando que a

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

atividade exige comprovada aptidão e idoneidade profissional, seu resultado é expresso através de Laudo Pericial Ambiental, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica emitido pelo profissional designado como perito. Considerando que o perito é o profissional legalmente habilitado, designado por autoridade judicial ou policial, portador de diploma de curso superior, escolhido entre quem tiver habilitação técnica relacionada à natureza do exame (Art.159 do C.P.P.). Considerando que na atuação como perito, além de possuir conhecimentos técnicos especializados, imprescindível possuir conhecimento da legislação relacionada. Considerando que a elaboração de Laudo Técnico é de atribuição e competência de profissional habilitado, previsto em legislação e Resoluções. Considerando o Decreto Federal Nº 23.196/33. Considerando a Lei Nº 5.194/66. Considerando a Lei Nº 6.496/77. Considerando a Resolução Nº 218/73, do CONFEA. Considerando a Resolução Nº 345/90, do CONFEA. Considerando a Resolução Nº 1.073/16, do CONFEA. Considerando que não cabe ao CREA SP, nos termos da Lei 5.194/66, indicar nomes de profissionais. Considerando a natureza da perícia solicitada e a legislação que ampara o exercício profissional, a indicação de perito habilitado deverá atender aos dispositivos legais e regulamentares acima destacados, levando a recomendar a indicação de profissionais das modalidades de Engenharia Agrônoma e Engenharia Florestal. **DECIDIU: Informar o Meritíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Nuporanga, que os profissionais habilitados para a realização de Perícia Ambiental, em vistoria de área de preservação permanente e reserva legal, devem ser pertencente às modalidades Engenharia Agrônoma ou Engenharia Florestal.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>115/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-1404/2017</b>
Interessado(a):	<b>CREA-SP</b>

**EMENTA: Retira de Pauta a pedido do relator****DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-1404/2017** que trata de consulta do profissional Eng. Agr. Felipe Gustavo Franca sobre o Receituário Agrônomo na aplicação de mistura de defensivo agrícola. Considerando a Lei 5.194/66. Considerando a discussão do assunto na reunião. DECIDIU: **Retirado de pauta a pedido do relator**. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>116/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-688/2016 V2</b>
Interessado(a):	<b>ETEC PROF. EUDÉCIO LUIZ VICENTE</b>

**EMENTA: Referenda as atribuições da turma de 2018/02 do Curso de Técnico em Açúcar e Alcool da ETEC Professor Eudécio Luiz Vicente e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-688/2016 V2** que trata de solicitação de referendo as atribuições concedidas pela UGI Adamantina aos formados no ano letivo de 2018/02 do Curso de Técnico em Açúcar e Alcool da ETEC Professor Eudécio Luiz Vicente. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 156/2017 da reunião de 20/07/2017, ou seja: “e a concessão aos egressos de 2003/2 (primeira turma) a 2017/2 do curso Técnico em Açúcar e Alcool (Cod. 313-03-00) da ETEC Professor Eudécio Luiz Vicente em Adamantina/SP, as atribuições do artigo 2º da Lei nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85 modificado pelo Decreto nº 4.560/02, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação.” Considerando que a instituição de ensino informou que não haverá formandos do curso no 1º semestre de 2017 e haverá formandos no 2º semestre de 2017. Considerando que a instituição de ensino informou, ainda, que não houve alteração da grade do curso iniciado no 1º sem/2017 em relação a grade dos formandos do 2º sem/2017 e que haverá turma que formarão no 2º sem/2018. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos formados de 2018/2. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14. Considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. Considerando que o título “Técnico em Agropecuária” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00. Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular. DECIDIU: **Por referendar as atribuições concedidas pela UGI de Adamantina aos formados no ano letivo de 2018/2 do curso de Técnico em Açúcar e Alcool da ETEC Professor Eudécio Luiz Vicente as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Açúcar e Alcool” (código 313-03-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>117/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-62/2018</b>
Interessado(a):	<b>E.T.A.E. DONA SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES</b>

**EMENTA: Cadastra e fixa atribuições para os egressos de 2016 e 2017 do curso de Técnico em Florestas da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, Andradina-SP, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-62/2018** que trata da análise e manifestação quanto ao cadastramento do curso de Técnico em Florestas da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, de Andradina-SP e fixação de atribuições aos formandos de 2016 a 2017, bem como o título profissional que lhes será concedido. Considerando que a instituição de ensino apresentou: a) ofício solicitando o cadastramento do curso; b) autorização da implantação do curso de Técnico em Florestas na rede de Escolas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, a partir de 9-10-2012 (Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, (IMESP), Seção I, 10 de outubro de 2012, 122(192)-47; c) Matriz curricular; d) Plano de Curso; e) Formulários referentes ao art. 3º do Anexo II da Resolução no 1.073 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia: formulário “A” e formulário “B”. Considerando carga horária teórica do curso é de 900 horas-aula e a prática de 600 horas-aula, incluindo o trabalho de conclusão de curso de 50 horas-aula. Para a carga horária mínima deve ser observada a determinação da Decisão plenária PL- 1333/2015 do CONFEA, a qual revoga a PL-0087/2004 e a PL-1570/2004, e estabelece aos CREAs que, quando do cadastramento de cursos, devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação, em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções, a saber, Resolução CNE/CEB no1, de 5 de setembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB n 8, de 9 de outubro de 2014. Considerando o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), edição 2014, para o curso de Técnico em Florestas, eixo tecnológico Recursos Naturais, determina que o campo de atuação profissional seja a indústria de papel de celulose; instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural; parques e reservas naturais; indústrias de silviculturas e exploração florestal e propriedades rurais, com carga mínima de 1.200 horas. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal no 5194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução nº 1.073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1057/14. Considerando o artigo 2º da Lei nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. DECIDIU: **Pelo cadastramento do curso de Técnico em Florestas da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, Andradina-SP; pela concessão do título profissional, aos egressos de 2016 a 2017, do curso de Técnico em**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**Florestas da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, Andradina-SP, de “Técnico Florestal” (código 313-21-00 da Resolução CONFEA nº 473 de 26/11/2002) e pela concessão, aos egressos, do curso de Técnico em Florestas da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, Andradina-SP, das atribuições do artigos 2º, da Lei nº 5.524/68, e 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>118/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-834/2017</b>
Interessado(a):	<b>E.T.A. ESTADUAL DONA SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES</b>

**EMENTA: Cadastra e fixa atribuições para os egressos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014/1 do curso de Técnico em Produção de Cana-de-açúcar da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, Andradina-SP, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **C-834/2017** que trata da análise e manifestação quanto ao cadastramento do curso de Técnico em Produção de Cana-de-açúcar da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, de Andradina-SP e fixação de atribuições aos formandos de 2010 a 2014/1, bem como o título profissional que lhes será concedido. Considerando que a instituição de ensino apresentou: a) ofício solicitando o cadastramento do curso; b) autorização da implantação do curso de Técnico em Produção de Cana-de-açúcar na rede de Escolas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, a partir de 26-01-2009 (Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, (IMESP), Seção I, 24 de dezembro de 2009, 119(240)-43; c) Plano de Curso; d) grade curricular com cargas horárias; e) Formulários referentes ao art. 3º do Anexo II da Resolução no 1.073 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia: formulário “A” e formulário “B”. Considerando a carga horária total do curso é de 1.500 horas, incluindo o trabalho de conclusão de curso de 50 horas. Considerando que a carga horária mínima deve ser observada a determinação da Decisão plenária PL- 1333/2015 do CONFEA, a qual revoga a PL-0087/2004 e a PL-1570/2004, e estabelece aos CREAs que, quando do cadastramento de cursos, devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação, em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções, a saber, resolução CNE/CES no 02, Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Considerando o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, edição 2014, determina para o curso de Técnico em produção de cana-de-açúcar, eixo tecnológico Recursos Naturais, a carga mínima de 1.200 horas. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução nº 1.073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1057/14. Considerando o artigo 2º da Lei nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85. **DECIDIU: Pelo cadastramento do curso de Técnico em Produção de Cana-de-açúcar da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, Andradina-SP; pela concessão do título profissional, por similaridade, aos egressos de 2010 a 2014/1, do curso de Técnico em**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**Produção de Cana-de-açúcar da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, Andradina-SP, de “Técnico em Agricultura” (código 313-04-00 da Resolução CONFEA nº 473 de 26/11/2002) e pela concessão, aos egressos, do curso de Técnico em Produção de cana-de-açúcar da ETEC “Sebastiana Augusta de Moraes”, Andradina-SP, das atribuições do artigos 2º da Lei nº5.524/68, e 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>119/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-3677/2011 V2</b>
Interessado(a):	<b>FIVE SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA</b>

**EMENTA: Defere da anotação do profissional, Engenheiro Agrônomo CLOVIS HIDEYO NAKANO, como Responsável Técnico da empresa FIVE SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-3677/2011 V2** que trata do referendar a indicação de novo responsável técnico da empresa FIVE SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA - ME, Engenheiro Agrônomo Clóvis Hideyo Nakano, CREA n.º 0685017392, contratado com carga horária de 12 horas semanais, não especificando dias e nem horário de trabalho, contrato com prazo determinado. Considerando o objeto social da empresa é a “ Prestação de serviços de imunização e controle de pragas urbanas; serviços de pintura e paisagismo em edifícios residenciais, comerciais e serviços de monitoramento de sistemas de segurança com serviços de suporte técnico e manutenção dos mesmos; venda e prestação de serviços profissionais de instalação e manutenção de equipamentos de segurança; venda de computadores e periféricos com serviços de assessoria em informática e prestação de serviços de montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; e comércio varejista de plantas e flores naturais.” Considerando o contrato de prestação de serviços, do qual se destaca o item 3º, referente a carga horária, “O contratado obriga-se a prestar seus serviços em 12 (doze) horas semanais. Considerando a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo profissional Engenheiro Agrônomo Clóvis Hideyo Nakano. Considerando as atribuições do profissional indicado como Responsável Técnico. Considerando que o Responsável Técnico se compromete a cumprir o contrato de trabalho firmado entre as partes. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66; e considerando os artigos 1º, 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. DECIDIU: **Pelo deferimento da anotação do profissional, Engenheiro Agrônomo CLOVIS HIDEYO NAKANO, como Responsável Técnico da empresa FIVE SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, com restrição de atividades da empresa no âmbito da Engenharia Agrônômica.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng.



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>120/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-1826/2016</b>
Interessado(a):	<b>MITRA-ACESSO EM REDE E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MUNICIPAL LTDA.</b>

**EMENTA: Defere a anotação do profissional Eng. Agr. Luciano Pezza Cintrão, indicado como responsável técnico da empresa MITRA Acesso em Rede e Tecnologia da Informação Municipal LTDA, no âmbito da Câmara Especializada de Agronomia, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-1826/2016** que trata da análise e parecer sobre o registro da empresa MITRA Acesso em Rede e Tecnologia da Informação Municipal LTDA com a anotação dos responsáveis técnicos indicado Eng. Agr. Luciano Pezza Cintrão e o Geógrafo Roberto Alves Cintrão o que foi deferido o Geógrafo e indeferiu o Eng. Agrônomo e encaminhado para a Câmara Especializada de Agronomia e posteriormente à Câmara Especializada de Engenharia Elétrica. Considerando que o objeto social da empresa é: “Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis e não Customizáveis voltados para Áreas Pública e Privada; Suporte Técnico; Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação; Serviços de Processamento e tratamento de Dados; Assessoria, Implantação e Administração de Redes e Centros de Processamento de Dados; Serviços de Hospedagem de Dados na Internet; Serviços de Atendimento a Clientes – SAC por Telefone; Locação de Mão de Obra Especializada; Locação e Manutenção de Equipamentos de Informática em Geral; Elaboração da Base Cartográfica Digital Utilizando Técnicas de Geoprocessamento e Serviços Correlatos de Revisão de Cadastro Mobiliário e Imobiliário; Consultoria em Tecnologia da Informação; Atividades de Consultoria em Gestão Empresarial, exceto Consultoria Técnica Específica.” Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho indicando como responsável técnico o Eng. Agr. Luciano Pezza Cintrão. Considerando que o referido profissional possui atribuições, respectivamente, “do artigo 5º da Resolução 218 de 1973, do CONFEA”. Considerando que o profissional foi contratado pela empresa no regime da CLT. Considerando que recolheu a ART de Cargo e Função nº 92221220160250693. Considerando que a interessada também indica como responsável técnico o Geógrafo Roberto Alves Cintrão. Considerando que o referido profissional possui atribuições, respectivamente, “o artigo 3º da Lei 6.664/79” e está contratado por prazo indeterminado por meio do Contrato de prestação de serviços técnicos substituído pelo contrato anexado às fls. 44-46. Considerando que o referido geógrafo recolheu a ART de Cargo e Função nº 92221220160563712 e retificadora nº 92221220160608747. Considerando o rescritivo das atividades da empresa. Considerando que



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

foi determinada a realização de fiscalização na empresa. Considerando o Currículo do profissional Eng. Agr. Luciano Pezza Cintrão. Considerando o Relatório da fiscalização. Considerando que a UGI não registrou a empresa com os responsáveis técnicos indicados e encaminhou o processo à Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura e posteriormente à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer quanto ao registro e a anotação das responsabilidades técnicas indicadas. Considerando a informação da Assistência Técnica da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura. Considerado a Decisão CEEA nº 237/2016, de 25/11/16: “DECIDIU: 1. Aprovar o parecer do relator, Conselheiro Alfredo Pereira de Queiroz Filho (fls.82 a 84), favorável ao registro da interessada, Mitra Acesso em Rede e Tecnologia Informação Municipal Ltda., com a anotação do Geógrafo Roberto Alves Cintrão como seu Responsável Técnico, para o exercício das atividades técnicas constantes do objetivo social, exclusivamente para as atividades de: a) Elaboração de base cartográfica digital e geoprocessamento, excluídos os levantamentos geodésicos, fotogramétricos (terrestre, aéreo e orbital) e correlatos (laser, radargrametria, etc.); b) Atualização de cadastro mobiliário e imobiliário.”; 2. Indeferimento da anotação do Eng. Agrº Luciano Pezza Cintrão como Responsável Técnico da interessada, pela ausência de competência legal para a assunção de responsabilidade técnica pelas atividades constantes do objeto social da interessada, pertinentes ao âmbito de fiscalização do Sistema Confea/Crea; 3. Sugerir à interessada, a contratação de profissional do Sistema Confea/Crea com competência legal plena, com vistas à retirada da restrição imposta; 4. Apreciação do processo pelas Câmaras Especializadas de Agronomia e de Engenharia Elétrica.” Considerando que a empresa foi registrada em 27/01/2017 face a Decisão CEEA nº 237/2016. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA nos termos do item 4. da Decisão CEEA nº 237/2016. Considerando o objeto social da interessada. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico no âmbito da Câmara Especializada de Agronomia, Eng. Agr. Luciano Pezza Cintrão. Considerando que o horário de trabalho do referido profissional. Considerando os artigos 7º, 8º, 45 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando em especial o artigo 45 da Lei 5.194/66 que determina que cabe as Câmaras julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais. Considerando a Resolução Nº 1/ 06 do MEC que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras providências, da qual destacamos o núcleo de conteúdos profissionais essenciais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. Considerando o agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e agronegócio, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Agrometeorologia e Climatologia; Avaliação e Perícias; Biotecnologia, Fisiologia Vegetal e Animal; Cartografia, Geoprocessamento e Georeferenciamento; Comunicação, Ética, Legislação, Extensão e Sociologia Rural; Construções Rurais, Paisagismo, Floricultura, Parques e Jardins; Economia, Administração Agroindustrial, Política e Desenvolvimento Rural; Energia, Máquinas, Mecanização Agrícola e Logística; Genética de Melhoramento, Manejo e Produção e Florestal. Zootecnia e Fitotecnia; Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio; Hidráulica, Hidrologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Sistemas de Irrigação e Drenagem; Manejo e Gestão

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Ambiental; Microbiologia e Fitossanidade; Sistemas Agroindustriais; Solos, Manejo e Conservação do Solo e da Água, Nutrição de Plantas e Adubação; Técnicas e Análises Experimentais. Considerando os campos de atuação constantes do Anexo II da Resolução nº 1010/05 do Confea, referente à Categoria Agronomia dos quais destacamos: “3. CATEGORIA AGRONOMIA 3.1 – CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISIONAL DA AGRONOMIA; 3.1.1 - ÂMBITOS DA ENGENHARIA AGRÔNOMICA, FLORESTAL, AGRÍCOLA E DE PESCA; 3.1.1.1 Geociências Aplicadas, para fins Agropecuários, Florestais, Agrícolas e Pesqueiros; 3.1.1.1.00 Sistemas, Métodos, Uso e Aplicações da Topografia, Cartografia e das Geociências; 3.1.1.1.01 Aerofotogrametria; 3.1.1.1.02 Sensoriamento Remoto; 3.1.1.1.03 Fotointerpretação; 3.1.1.1.04 Georreferenciamento; 3.1.1.1.2.00 Planejamento Rural e Regional; 3.1.1.2.01 Ordenamento Territorial Agrossilvipastoril; 3.1.1.2.02 Desmembramento; 3.1.1.2.03 Remembramento; 3.1.1.2.04 Cadastro Técnico de Imóveis Rurais; 3.1.1.1.3.00 Agrometeorologia; 3.1.1.1.4.00 Climatologia Agrícola (...) Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. Considerando a Decisão CEEA nº 237/2016. DECIDIU: **1) Por deferir anotação do profissional Eng. Agr. Luciano Pezza Cintrão, indicado como responsável técnico da empresa MITRA Acesso em Rede e Tecnologia da Informação Municipal LTDA, no âmbito da Câmara Especializada de Agronomia; 2) Por manter a restrição de atividades da empresa conforme atribuições dos profissionais anotados; 3) Pelo encaminhamento do processo primeiramente à UGI de Araraquara para anotação do Responsável Técnico Eng. Agr. Luciano Pezza Cintrão e 4) Após as devidas anotações encaminhar o processo para a Câmara Especializada de Engenharia Elétrica, nos termos do “item 4” da Decisão CEEA nº 237/2016.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>121/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-2224/2017</b>
Interessado(a):	<b>G.G.PERRI CAMARGO CONSTRUÇÕES - EPP</b>

**EMENTA: Defere o registro da empresa G. G. Perri Camargo Construções EPP com a anotação da profissional Eng. Agr. Heloisa Pamplona Somenzari com restrição de atividades da empresa no âmbito da Engenharia Agrônômica, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-2224/2017** que trata do registro da empresa G. G. Perri Camargo Construções EPP com a anotação da profissional Eng. Agr. Heloisa Pamplona Somenzari, como sua responsável técnica – segunda responsabilidade técnica da profissional, efetivado pela UGI de Marília. Considerando que o objeto social da interessada é: “Outras obras de acabamento da construção, tais como serviços de reformas, reparos, chapiscos, reboco e consertos (CNAE 4330-4/99); Obras de alvenaria (4399-1/03); Serviços de plantio, tratamento, preparação e manutenção de jardins, praças e gramados de prédios residenciais, prédios públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, parques municipais, cemitérios, áreas verdes, prédios industriais e comerciais e quadra de esportes (CNAE 8130-3/00) Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, tais como colhedoras, arados, adubadoras, tratores agrícolas, caminhões e similares (CNAE 7731-4/00) Atividades de apoio a agricultura, aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas com operador, tais como colhedoras, arados, adubadoras, tratores agrícolas, caminhões e similares (CNAE 0161-0/99) Serviço de poda e corte de árvores nas lavouras, ruas e praças públicas (CNAE 0161-0/02) Comércio varejista de plantas, flores e frutos naturais para ornamentação e de vasos e adubos para plantas (CNAE 4789-0/02).” Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho, indicando como responsável técnica a Eng. Agr. Heloisa Pamplona Somenzari. Considerando que a referida profissional possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo das atribuições previstas no Decretos 23.196/33.” Considerando que a profissional foi contratada com prazo determinado, com horário de trabalho declarado de segunda a sábado das 14h às 16h24 e recolheu a ART 28027230172039944. Considerando que a referida profissional está anotada como primeira responsabilidade técnica pela empresa Cedro Paisagismo Eireli - EPP com horário de trabalho de segunda a sexta das 7h às 11h. Considerando a informação quanto ao referendo pela CEA da anotação da Eng. Agr. Heloisa Pamplona Somenzari, em sua primeira responsabilidade Técnica pela empresa atualmente denominada Cedro Paisagismo EIREI – EPP, processo F 3162/11 V2 – anexo ao presente processo. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa G. G.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Perri Camargo Construções EPP com a anotação da profissional Eng. Agr. Heloisa Pamplona Somenzari, como sua responsável técnica em 25/06/17 – segunda responsabilidade, e encaminhou o processo à Câmara Especializada Agronomia juntamente com o processo F 3162/11 V2. Considerando o objeto social da interessada; considerando as atribuições da profissional indicada como responsável técnica; considerando que há compatibilidade dos horários de trabalho do profissional nas duas empresas; considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66; e considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. DECIDIU: **1) Pelo deferimento do registro da empresa G. G. Perri Camargo Construções EPP com a anotação da profissional Eng. Agr. Heloisa Pamplona Somenzari com restrição de atividades da empresa no âmbito da Engenharia Agrônômica e 2) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de dupla responsabilidade técnica.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>122/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-4039/2010 V2</b>
Interessado(a):	<b>EML ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA</b>

**EMENTA: Efetuar diligência na empresa para verificar se desenvolve atividades na área da Agronomia, e dá outras providências.**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-4039/2010 V2** que trata da análise e manifestação quanto à alteração do objetivo social da empresa EML Engenharia e Gerenciamento Ltda com a inclusão de atividade da Agronomia. Considerando que a interessada tem como objeto social: “Prestação de Serviços em Engenharia, agronomia, arquitetura, urbanismo e congêneres.” Considerando que a empresa interessada possui anotados como responsáveis técnicos os sócios Engenheiro Civil Carlos Eduardo Ruiz Dalpino e Engenheiro Civil Eduardo Cintra Dalpino e tem restrição de atividades “exclusivamente para as atividades na área da Engenharia Civil”. Considerando que ainda não foi atualizado no CREAMET o novo objeto social. Considerando que o objeto social anterior era: “Prestação de serviços e consultoria em engenharia, gerenciamento de empreendimentos, fiscalização de obras, estudos de viabilidade técnico-econômica, planejamento e avaliação de projetos e obras, assessoria técnica, vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, execução de obras no âmbito das atribuições profissionais conferidas aos sócios, sendo vedada a compra e venda de materiais em geral para utilização pelos clientes.” Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e manifestação quanto à alteração do objeto social. Considerando os artigos 7º, 8º e 46 alínea “d” da Lei nº 5.194/66. Considerando o parágrafo único do artigo 13 da Resolução 336/89 do CONFEA. Considerando o objetivo social da interessada. Considerando o encaminhamento feito pela UGI. DECIDIU: **1) Para que seja efetuada diligência na empresa para verificar se desenvolve atividades na área da Agronomia e 2) Depois de cumprido o item 1, restituir o processo para apreciação da Câmara Especializada de Agronomia.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>123/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-1465/2011 V2</b>
Interessado(a):	<b>TOP FÉRTIL INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA</b>

**EMENTA: Mantem do registro da empresa Top Fértil Indústria de Fertilizantes LTDA no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado de São Paulo - CREA-SP.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-1465/2011 V2** que trata da indicação pela empresa pela Empresa Top Fértil Indústria de Fertilizantes LTDA, CNPJ 09.224.414/0001-79 de novo responsável técnica a Engenheira Agrônoma Ana Paula de Jesus Kowalski, CREA 5069358177. Considerando a solicitando Indicação de novo responsável técnico, baixa de responsável técnico e alteração do valor do capital social. Considerando a indicação da Engenheira Agrônoma Ana Paula de Jesus Kowalski, CREA 5069358177, ART 9222122015095280, empregada da empresa, como responsável técnica). Considerando a Terceira Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 18 de setembro de 2012, da Empresa, constituem-se objetivos da sociedade: fabricação de fertilizantes, adubos, calcários, condicionadores de solo, silicatos, cargas inertes e aditivos; Importação; exportação; transporte rodoviário de cargas; compra e venda de produtos agropecuários, máquinas e equipamentos; fabricação de cal e cimento; mineração; fabricação de rações e ingredientes para ração animal. Considerando o comprovante de Inscrição e de situação Cadastral, emitido em 01 de julho de 2015, que a Empresa TOP FÉRTIL INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA, possui como código e descrição da Atividade Econômica Principal: 20.13-4-02- Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais. Considerando a Ata de Reunião realizada em 27 de março de 2013, da FERTICOM INDUSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA, proprietária de 75% das cotas da Empresa. Considerando a Ata de reunião realizada em 14 de junho de 2013, da FERTICOM INDUSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA, proprietária de 75% das cotas da Empresa TOP FÉRTIL INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA. Considerando o Registro de Empregados da Engenheira Agrônoma Ana Paula de Jesus Kowalski, CREA 5069358177, empregada da Empresa, como responsável técnica. Considerando a ART 92221220150226791 de cargo e Função da Engenheira Agrônoma Ana Paula de Jesus Kowalski, como responsável técnica pela Empresa. Considerando a ART 92221220150905280 de cargo e Função da Engenheira Agrônoma Ana Paula de Jesus Kowalski, como responsável técnica pela Empresa. Considerando o Relatório de Resumo da Empresa, ativa desde 2011 e quite até 2015. Considerando o Registro de Alteração nº 1681880, datado de 15 de março de 2016, baixa de responsável técnico Engenheira Agrônoma Ana Paula de Jesus Kowalski e indicação novo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Marcos Vinicius Buchignani. Considerando o Contrato de Responsabilidade Técnica, de 03 de maio de 2016, da contratante Empresa e o contratante Engenheiro Agrônomo Marcos Vinicius Buchignani, como responsável técnico perante o CREA-SP e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Considerando a ART de Cargo e Função nº 92221220160252940 e a ART retificadora nº 9222120160273944 do Engenheiro Agrônomo Marcos Vinicius Buchignani, como responsável técnico para Empresa. Considerando o Registro de Alteração nº 12681880, datado de 04 de outubro de 2016, indicando como novo Responsável Técnico pela Empresa o Engenheiro de Produção Luiz Gustavo Silvério Ferreira. Considerando o Contrato de Responsabilidade Técnica, de 30 de setembro de 2016, da contratante Empresa e o Engenheiro de Produção Luiz Gustavo Silvério Ferreira, como responsável técnico perante o CREA-SP e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Considerando a ART de Cargo e Função nº 9222122016069180, do Engenheiro de Produção Luiz Gustavo Silvério Ferreira, como responsável técnico para Empresa. Considerando o Ofício nº 1945/2017 da UOP Itapetininga, UGI de Sorocaba, de 26 de junho de 2017, notificando a Empresa a providenciar a indicação de Engenheiro Agrônomo responsável, dando prazo de 10 dias a partir do recebimento deste. Considerando o Recibo de recebimento pela Empresa do Ofício nº 1945/2017, em 11 de julho de 2017. Considerando que em 20 de julho a Empresa, através de minuta informou que o responsável pela área está afastado por motivos de saúde. Considerando que em 28 de agosto de 2017 a Empresa solicita o cancelamento de Registro Junto ao CREA-SP, em virtude do sistema industrial, envolver processos químicos com utilização de ácidos e de elevadas temperaturas, que coloca a Empresa dentro da área de competência do Conselho Regional de Química, onde está regularmente inscrito. Considerando a Certidão nº 7141-2017, emitida em 20 de julho de 2017 pelo Conselho Regional de Química IV Região, que a Empresa está registrada desde 04/07/2017, sob nº 28403-F. Considerando o Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica nº 11965/2017, emitido pelo Conselho Regional de Química IV Região, a Empresa tem como profissional responsável a Tecnóloga em Química Ambiental Bianca Schwartzaupt. Considerando que em 11 de setembro de 2017, anexado Informações da UOP Itapetininga: vencimento do vínculo de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo Marcos Vinicius Buchignani em 14/03/2017. Considerando a notificação para a Empresa indicar Engenheiro Agrônomo como Responsável. Considerando a solicitação de cancelamento de registro junto ao CREA-SP, por estar registrada no CRQ desde 04/07/2017. Considerando que a Empresa está registrada no CREA-SP desde 05/05/2011, e esta com o registro ativo. Considerando que a Empresa tem como objetivo social “fabricação de fertilizantes, adubos, calcários, condicionadores de solo, silicatos, cargas inertes, aditivos, importação, exportação, prestação de serviços, representações, análises laboratoriais, transporte rodoviário de cargas, compra e venda de produtos agropecuários, máquinas e equipamentos agrícolas, fabricação de cal e cimento, mineração, fabricação de rações e ingredientes para ração animal, produção agrícola, pecuária e avícola”. Considerando que a interessada ter indicou como responsáveis técnicos um Engenheiro Agrônomo e um Engenheiro de Produção. Considerando o resumo da Empresa no CRENET (consulta 21 /01/2018), no qual verifica que a mesma possui Registro Ativo no CREA-SP desde 05/05/2011, atualmente tem como responsável técnico o Engenheiro de Produção Luiz Gustavo Silveira Ferreira e tem atividades restritas ao profissional anotado

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

como responsável técnico. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os Artigos 7º, 8º, 46 alínea “d)”, 59 e 60. Considerando a Lei nº 6.839/80, em especial o artigo 1º. Considerando que a Empresa está registrada no Conselho Regional de Química IV região e que a Empresa está registrada no CREA-SP desde 05/05/2011 e com o registro ativo. Considerando que pelo objetivo social da Empresa: fabricação de fertilizantes, adubos, calcários, condicionadores de solo, silicatos, cargas inertes e aditivos; prestação de serviços; representações; análises laboratoriais; fabricação de cal e cimento; mineração; fabricação de rações e ingredientes para ração animal; produção agrícola, pecuária e avícola. Considerando que os objetivos são compatíveis para que a Empresa deve ter registro e a anotação dos profissionais legalmente habilitados. DECIDIU: **Pela manutenção do registro junto ao CREA-SP e indicar Engenheiro Agrônomo como Responsável Técnico, baseados nas Leis nº 5.194/66 e 6.839/8, no âmbito da Câmara Especializada de Agronomia.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Votaram contrariamente os conselheiros: Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo e Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira. Não havendo votos abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>124/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-3348/2012 e V2</b>
Interessado(a):	<b>DANIEL KUBO DE OLIVEIRA MADEIRA - ME</b>

**EMENTA: Anota o profissional Tecnólogo em Silvicultura Andrius Augusto Pinto como responsável técnico da empresa Daniel Kubo De Oliveira & CIA LTDA – ME, com restrição de atividades exclusivamente para as atribuições do Técnico em Silvicultura.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-3348/2012 e V2** que trata da análise quanto a anotação do responsável técnico, ANDRIUS AUGUSTO PINTO, Tecnólogo em Silvicultura, contratado com prazo determinado, pela empresa, DANIEL KUBO DE OLIVEIRA & CIA LTDA – ME, registrada no CREA – SP. Considerando que o empregador protocola o Requerimento de Indicação de Novo Responsável Técnico, o Tecnólogo em Silvicultura, ANDRIUS AUGUSTO PINTO, o qual informa que o responsável técnico indicado, trabalhará de segunda à sexta feira, das 16:15h às 18:15 h e aos sábados, das 13:00h às 15:00 h, com honorários de R\$ 1.874,00. Considerando que a empresa DANIEL KUBO DE OLIVEIRA & CIA LTDA – ME, apresenta o contrato social do qual destacamos o seu objeto social, “Serraria com desdobramento de madeira, Comércio atacadista de madeira e produtos derivados, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudança, intermunicipal, interestadual e internacional”. Considerando que o contrato particular de prestação de serviço, com início em 09/08/2017 e término em 09/08/2019. Considerando a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 28027230172330852, emitida pelo profissional, Tecnólogo em Silvicultura, Andrius Augusto Pinto. Considerando o comprovante de quitação da anuidade de pessoa física do exercício 2017. Considerando o comprovante de quitação da anuidade de pessoa jurídica do exercício 2017. Considerando o Resumo da Empresa – CREANET, no qual consta que a mesma está registrada desde 30/04/2013 e sem responsável técnico anotado. Considerando o Resumo do Profissional – CREANET, no qual consta que o mesmo está registrado desde 02/08/2017, com as seguintes atribuições dispostas na Resolução nº 313/86, do CONFEA. Considerando que a UGI encaminha o processo para Câmara Especializada de Agronomia (CEA) para análise e parecer quanto às atribuições do responsável técnico indicado frente às atividades da empresa. Considerando as cópias do processo C 571/2011 da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito do curso Superior de Tecnologia em Silvicultura referente as ementas das disciplinas: Culturas Florestais (80h); Dendrologia, Anatomia e Identificação de Madeiras (40h); Industrialização da Madeira (40h) e Propriedades Físicas e Tecnológicas da madeira (80h). Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 46 alínea “d”, 59

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

e 60. Considerando a Resolução Confea nº 336/89, em especial artigo 1º, 6º, 8º, 9º, 12 e 13. Considerando a Resolução Confea nº 313/86, em especial os artigos 3º e 4º. Considerando que foi solicitado o processo C 571/2011 da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito do curso Superior de Tecnologia em Silvicultura, Instituição de formação do profissional interessado, para subsidiar a análise do presente processo. Considerando as ementas das disciplinas Culturas Florestais (80h); Dendrologia, Anatomia e Identificação de Madeiras (40h); Industrialização da Madeira (40h) e Propriedades Físicas e Tecnológicas da madeira (80h). DECIDIU: **Pela anotação do profissional Tecnólogo em Silvicultura Andrius Augusto Pinto como responsável técnico da empresa Daniel Kubo De Oliveira & CIA LTDA – ME, com restrição de atividades exclusivamente para as atribuições do Técnico em Silvicultura.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>125/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-4541/2012 V2</b>
Interessado(a):	<b>JOÃO TIAGO GOMES BAPTISTA - ME</b>

**EMENTA: Refereda a anotação do profissional Eng. Agr. Everton Affonso de Andre, como responsável técnico da empresa João Tiago Gomes Baptista – ME, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-4541/2012 V2** que trata da análise quanto ao referendo da anotação do profissional Eng. Agr. Everton Affonso de Andre, como responsável técnico pela empresa João Tiago Gomes Baptista - ME, efetivado pela UGI. Considerando que no Formulário RAE a empresa informa que o profissional já está anotado por outras duas empresas como Responsável Técnico. Considerando que as responsabilidades pelas empresas foram baixadas, sendo portanto esta sua primeira responsabilidade. Considerando que a empresa indicou como responsável técnico o profissional Eng. Agr. Everton Affonso de Andre. Considerando que o referido profissional possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo das atribuições previstas no Decretos 23.196/33.” Considerando que o profissional foi contratado com prazo determinado, com horário de trabalho declarado: segunda-feira das 14h às 18h, terça e quinta-feira das 8h às 12h e recolheu a ART 92221220141755591. Considerando o objeto social da interessada na época da solicitação: “Comércio Varejista de produtos saneantes e domissanitários e imunização e controle de pragas urbanas e serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas.” Considerando que a UGI efetivou a anotação do profissional Eng. Agr. Everton Affonso de Andre, como responsável técnico da empresa interessada em 19/03/2015. Considerando a informação de que não consta o referendo da anotação do profissional como Responsável Técnico pela empresa interessada. Considerando que em 27/03/2017 o processo foi enviado à CEA conjuntamente como o processo F 004436/2016, devido a 2ª indicação do profissional Eng. Agr. Everton Affonso de Andre como Responsável Técnico. Considerando que a CEA verifica que a empresa está em débito com as anuidades de 2015 a 2017 e restituiu o processo para a UGI para verificar se a empresa continua em atividades. Considerando que a fiscalização diligenciou até a empresa e verifica que houve alteração do objeto social para: “Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários – imunização e controle de pragas urbanas; impermeabilização em obras de engenharia civil – atividades de limpeza não especificadas anteriormente; atividades relacionadas à esgoto, exceto a gestão de redes – coleta de resíduos não perigosos – serviços e combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais.” Considerando que esta informação não foi atualizada no CREAnet. Considerando o

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

certificado de que a empresa João Tiago Gomes Baptista - ME está registrada no CRQ anotação de responsabilidade Técnica do profissional Técnico em Química João Tiago Gomes Baptista, proprietário. Considerando que a empresa interessada está com as anuidades devidas em parcelamento e está sem responsável técnico. Considerando o objeto social da interessada a época da anotação do responsável técnico. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico. Considerando o horário de trabalho do profissional. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. Considerando que houve alteração no objeto social, mas continua afeto a fiscalização do sistema. Considerando que a empresa está sem responsável técnico no âmbito CREA SP. DECIDIU: **1) Pelo deferimento da anotação do profissional Eng. Agr. Everton Affonso de Andre, como responsável técnico da empresa João Tiago Gomes Baptista – ME; 2) Para que seja atualizado o objeto social da referida empresa no CREAMET e 3) Para que seja aberto um processo de ordem “SF” com a informação da fiscalização, uma vez que a empresa, possui objeto social afeto a fiscalização do sistema, permanece com registro ativo no CREA-SP e está sem responsável técnico.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>126/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-1870/2017</b>
Interessado(a):	<b>JL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA ME</b>

**EMENTA: Registra a empresa JL Engenharia e Serviços LTDA - ME e anota o profissional Eng. Agr. Lucas Rodrigo Vanini como responsável técnico com restrição de atividades exclusivamente na área da Engenharia Agrônoma.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-1870/2017** que trata do registro da empresa JL Engenharia e Serviços LTDA - ME com a anotação do profissional Eng. Agr. Lucas Rodrigo Vanini, sócio, como seu responsável técnico. Considerando que na declaração de quadro técnico consta ainda o Eng. Agr. Joseildo Porfirio de Carvalho Junior como sócio da empresa. Considerando que o objeto social da interessada é: "Serviços de engenharia e serviços administrativos de rotina a empresas com serviços de digitação, preparação de documentos, preenchimentos de formulários, arquivamentos e correspondências. Considerando o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, no qual se identifica como atividade econômica principal "Serviços de engenharia" e atividade secundária "a preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativos não especificados anteriormente". Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho, indicando como responsável técnico o Eng. Agr. Lucas Rodrigo Vanini. Considerando que o referido profissional possui atribuições "do artigo 5º da Resolução 218/73 do CONFEA, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33. Considerando a informação da assistência técnica da CREA. Considerando que o Eng. Agr. Lucas Rodrigo Vanini é sócio da empresa solicitante, com indicação do horário de trabalho às terças e quintas das 08 h às 15 h. Considerando que o profissional recolheu a ART 28027230171910597 de cargo e função e não se encontra anotado como responsável técnico por outra empresa. Considerando que consta a ART 28027230171908934 de cargo e função emitida pelo profissional Eng. Agr. Joseildo Porfirio de Carvalho Junior, sócio. Considerando que consta o comprovante de pagamento de taxa de registro. Considerando que a empresa declara que as atividades desenvolvidas por ela são: Licenciamento ambiental em geral, laudo e planta de caracterização de vegetação, planta de ocupação, projeto de vegetação, projeto de arborização, diagnóstico ambiental preliminar, cálculos hidrológicos para dimensionar estruturas de descargas e barramentos, acompanhamento e TCRA, descaracterização de área rural, CAR – Cadastro Ambiental Rural, teste de percolação de solos, preencher documentos e protocolos e/ou retirada de processos perante os órgãos necessários para tais fins. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa JL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - ME por 90 dias, com a anotação do profissional Eng. Agr. Lucas Rodrigo Vanini como seu



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

responsável técnico, em 12/06/2017, e encaminhou o processo à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer. Considerando que consta a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA-SP. Considerando que constam as informações e dispositivos legais destacados pela assistência técnica da CEA. Considerando o objeto social da interessada e a declaração de suas atividades. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico. Considerando os artigos 7º, 8º, 46º – alínea “d”, 59º e 60º da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12º e 13º da Resolução 336/89 do CONFEA. Considerando os artigos 1º e 5º da Resolução 218/73. Considerando os artigos 6º e 7º do Decreto Federal 23.196/33. **DECIDIU: Pelo registro definitivo da empresa JL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - ME com a anotação do profissional Eng. Agr. Lucas Rodrigo Vanini como responsável técnico com restrição de atividades exclusivamente na área da Engenharia Agrônoma.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>127/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-4966/2017</b>
Interessado(a):	<b>MARCELA BARBOSA CASSIANO ME</b>

**EMENTA: Defere o registro da Empresa Marcela Barbosa Cassiano – ME – com a anotação do Técnico Agropecuário ANDERSON FERNANDO GARCIA LEITE – CREA-SP 507009775-2, como responsável técnico.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-4966/2017** que trata da análise quanto ao Registro da Empresa MARCELA BARBOSA CASSIANO – ME – CNPJ 27437749/0001-57 e a anotação do Técnico Agropecuário ANDERSON FERNANDO GARCIA LEITE – CREA-SP 507009775-2, como responsável técnico. No RAE-Registro e Alteração de Empresa. Considerando que foi indicado o Técnico Agropecuário Anderson Fernando Garcia Leite como Responsável Técnico. Requerimento de Empresário, protocolado junto a JUCESP. Considerando o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com Descrição da Atividade Econômica Principal: “Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar”. Considerando o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos firmado entre Marcela Barbosa Cassiano – ME e o profissional Anderson Fernando Garcia Leite, com horário de trabalho das 13h00 as 17h00 às segundas, quartas e sextas-feiras, totalizando 12h semanais. Considerando a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº 28027230172799949, emitida pelo profissional Técnico Agropecuário Anderson Fernando Garcia Leite. Considerando o Fluxograma do Processo de Produção. Considerando o Comprovante da Taxa de Registro da Empresa MARCELA BARBOSA CASSIANO – ME. Considerando o Resumo do Profissional – CREA-SP – no qual se verifica que o mesmo está registrado desde 15/09/2017, com Títulos de Técnico em Eletrotécnica, com atribuições dos artigos 3º e 4º do Decreto Federal 90.922/85 e Técnico em Agropecuária com atribuições dos artigos 6º e 7º do Decreto Federal 90.922/85, com alterações dadas pelo Decreto Federal 4560/2002. Considerando a Lei Nº 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 46 alínea “d”, 59 e 60. Considerando a Resolução Nº 336/89, do CONFEA, em especial os artigos 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13 e 18. Considerando o Decreto Nº 90.922/85, em especial os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º. Considerando o Decreto Nº 6.871/09, em especial os artigos 84 e 100. Considerando que o Técnico Agropecuário Anderson Fernando Garcia cursou a escola Técnica em Minas Gerais. Considerando que requerimento de registro está devidamente instruído. Considerando que “os técnicos agrícolas do setor agroindustrial poderão responsabilizar-se pela elaboração de projetos de detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projetos agroindustriais” (Decreto nº 90.922, Art. 6º, § 2º). Considerando que “os estabelecimentos de bebidas deverão dispor de responsável técnico pela produção, manipulação e padronização,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

com qualificação profissional e registro no respectivo conselho profissional” (Decreto Nº 6.871 Art. 84,§ 2º). DECIDIU: **Por deferir o registro da Empresa Marcela Barbosa Cassiano – ME – CNPJ 27437749/0001-57 com a anotação do Técnico Agropecuário ANDERSON FERNANDO GARCIA LEITE – CREA-SP 507009775-2, como responsável técnico.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>128/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-10091/1996 V2</b>
Interessado(a):	<b>ARIGONI COMÉRCIO E ORNAMENTAÇÃO LTDA - ME</b>

**EMENTA: Indefere o pedido de cancelamento do registro da Empresa ARIGONI Comércio e Ornamentação Ltda – ME, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-10091/1996 V2** que trata do pedido de cancelamento de Registro da empresa Arigoni Comércio e Ornamentação Ltda – ME. Considerando o objeto social da empresa: comércio varejista de plantas, floricultura, vasos, artigos de serralheria, ornamentações e prestação de serviços de paisagismo em geral. Considerando que em abril de 2016 foi notificada a apresentar Responsável Técnico para responder pelas atividades constantes em seu objetivo social, bem como apresentar a última alteração contratual. Considerando que a interessada solicitou o CANCELAMENTO do REGISTRO perante este Conselho. Considerando que a empresa apresentou cópia da Certidão de Registro junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, tendo como Responsável Técnico o arquiteto e urbanista Leandro Arigoni. Considerando que a interessada informa que atende empresas, construtoras, condomínios e particulares em todas as áreas de atuação. Considerando que foram anexadas ao processo, notas fiscais de prestação de serviço com plantio de árvores, na atividade de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e os RTT – Registro de Responsabilidade Técnica correspondentes. Considerando que em dezembro de 2016, a Câmara Especializada de Agronomia – CEA, decidiu, por unanimidade, pelo indeferimento do pedido de cancelamento de registro da interessada e pela necessidade de ser indicado Responsável Técnico legalmente habilitado perante ao CREA/SP. Considerando que em fevereiro de 2017, a interessada protocolou pedido de reconsideração da decisão, uma vez que, “segundo orientação do CAU/SP, o Arquiteto e Urbanista possui todas as atribuições legais para ser responsável técnico na área de arquitetura paisagística”. Considerando que complementa o pedido com os seguintes dizeres: “Informamos que a empresa não trabalha com produção de mudas e recuperação de áreas degradadas. Nosso foco é a comercialização de flores para presentes e decoração, vasos e acessórios para paisagismo e projetos e execuções de jardins residenciais e comerciais”. Considerando o relatório fotográfico da loja e serviços prestados. Considerando que o processo é encaminhado à CEA, para reanalisar quanto ao pedido de cancelamento de registro. Considerando o parecer do conselheiro relator, a seguir transcrito: “Considerando o Objetivo Social da interessada. Considerando o que determina o Artigo 59 da Lei Federal nº 5194, de 24 de dezembro de 1966 – “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico”. Considerando a Resolução nº 336/89, do CONFEA, a interessada se enquadra, para efeito de registro, no art. 1º - CLASSE A – “De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia”. Considerando a Instrução nº 2.141/91 do Crea-SP. Considerando a Resolução Nº 1/06 do CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia e dá outras providências, no seu. Art. 7º Os conteúdos curriculares do curso de Engenharia Agrônômica ou Agronomia, ...II - O núcleo de conteúdos profissionais essenciais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e agronegócio, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Agrometeorologia e Climatologia; Avaliação e Perícias; Biotecnologia, Fisiologia Vegetal e Animal; Cartografia, Geoprocessamento e Georeferenciamento; Comunicação, Ética, Legislação, Extensão e Sociologia Rural; Construções Rurais, Paisagismo, Floricultura, Parques e Jardins; Economia, Administração Agroindustrial, Política e Desenvolvimento Rural; Energia, Máquinas, Mecanização Agrícola e Logística; Genética de Melhoramento, Manejo e Produção e Florestal. Zootecnia e Fitotecnia; Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio; Hidráulica, Hidrologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Sistemas de Irrigação e Drenagem; Manejo e Gestão Ambiental; Microbiologia e Fitossanidade; Sistemas Agroindustriais; Solos, Manejo e Conservação do Solo e da Água, Nutrição de Plantas e Adubação; Técnicas e Análises Experimentais; Tecnologia de Produção, Controle de Qualidade e Pós-Colheita de Produtos Agropecuários. Considerando a Resolução 218/73, do Confea, em especial o Art. 5º. Considerando a Resolução 51/13, do CAU, que dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, no seu Art 20 dispõe que “No âmbito dos campos de atuação relacionados nos incisos deste artigo, em conformidade com o que dispõe o art. 3º da Lei nº 12.378, de 2010, ficam especificadas como privativas dos arquitetos e urbanistas”, entre as áreas de atuação:... III - DA ARQUITETURA PAISAGÍSTICA: a) projeto de arquitetura paisagística; b) projeto de recuperação paisagística; c) coordenação e compatibilização de projeto de arquitetura paisagística ou de recuperação paisagística com projetos complementares; d) cadastro do como construído (as built) de obra ou serviço técnico resultante de projeto de arquitetura paisagística; e) desempenho de cargo ou função técnica concernente a elaboração ou análise de projeto de arquitetura paisagística; f) ensino de teoria e de projeto de arquitetura paisagística. Considerando a Resolução Nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006, no seu Art. 6º - Os conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverão estar distribuídos em dois núcleos e um Trabalho de Curso, recomendando-se sua interpenetrabilidade: I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação; II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais; III - Trabalho de Curso. § 1º O Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação será composto por

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado e será integrado por: Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho e Meios de Representação e Expressão. § 2º O Núcleo de Conhecimentos Profissionais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso e será constituído por: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia. Considerando que o curso de arquitetura e urbanismo só habilita o profissional a trabalhar no projeto de arquitetura paisagística ou na coordenação e compatibilização de projeto de arquitetura paisagística ou de recuperação paisagística com projetos complementares; sendo o trabalho produção, de plantio e de manutenção de espécies vegetais (vegetação), assim como o plano e execução de recuperação de áreas degradadas (PRAD) atribuições de Engenheiros Agrônomos e Florestais.” DECIDIU: **Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do registro da Empresa ARIGONI Comércio e Ornamentação Ltda – ME. A interessada deve indicar Responsável Técnico legalmente habilitado (engenheiro agrônomo ou engenheiro florestal) perante o CREA/SP, uma vez que, conforme documentos apresentados, executa atividades que são de atribuição da área da agronomia. Caso a empresa se recuse a regularizar a sua situação, decorrido o prazo legal, lavrar Auto de Infração.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>129/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-5100/2017</b>
Interessado(a):	<b>TN SANTOS CONTROLE DE PRAGAS LTDA.</b>

**EMENTA: Referenda o registro da empresa TN Santos Controle de Pragas LTDA com a anotação do profissional Eng. Agr. Flávio Tales de Oliveira, como responsável técnico – dupla responsabilidade técnica e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-5100/2017** que trata de indicação pela empresa TN Santos Controle de Pragas LTDA de novo Responsável Técnico: Eng. Agr. Marco Antonio Manzano Bertussi, terceira responsabilidade técnica do profissional. Considerando que o objeto social da interessada é: “a) 8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas (gerenciamento, controle e manejo integrado de pragas urbanas; Desinsetização, desratização, descupinização); b) 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificados anteriormente (Limpeza e desinfecção de caixas d'água, cisternas, piscinas e similares; Atividades de Limpeza, sanitização, controle microbiológico e higienização de ambientes abertos e fechados); c) 8130-3/00 - Atividades paisagísticas (Serviços de paisagismo, saneamento vegetal com aplicação de herbicidas); d) 0161-0/01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas (Serviços de tratamento quarentenários, fitossanitários e fumigação em produtos armazenados em contêineres, armazéns, porões de navios, silos e similares; Gerenciamento e controle integrado de pragas agrícolas); e) 0161-0/02 -Serviços de poda de árvores para lavouras; f) 0161-0/03 - Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita (Serviços de corte, plantio, capina manual, capina mecânica, capina química e roçagem); g) 0163-6/00 - Atividades de pós-colheita (Testes e análises técnicas; Planejamento, consultoria e assessoria; Inspeções técnicas, classificação, qualificação, quantificação, desinfecção de produtos agrícolas em todas as modalidades no âmbito das atribuições de seus responsáveis técnicos); h) 3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes (prestação de serviços de engenharia em análise e monitoramento da qualidade do ar em ambientes climatizados, controle de pássaros em geral e remanejamento de pombos através de sistema mecânico e sistema de pulso eletromagnético.” Considerando que a interessada indicou como novo responsável técnico o Eng. Agr. Marco Antonio Manzano Bertussi – tripla responsabilidade técnica do profissional. Considerando que o referido profissional possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto 23.196/33.” Considerando que o referido profissional é sócio da empresa, com horário de trabalho declarado: sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h, recolheu a ART



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

28027230172731438. Considerando que o profissional esta anotado como primeira responsabilidade técnica pela empresa RIPACK Embalagens LTDA com horário de trabalho declarado de segunda e terça-feira das 7h às 13h e das 15h às 19h, e como segunda responsabilidade técnica pela empresa Cezan Embalagens LTDA com horário de trabalho declarado de quarta e quinta-feira das 8h às 14h. Considerando a declaração de quadro técnico da empresa no qual consta o profissional ora indicado e o Profissional Eng. Agr. Flavio Tales de Oliveira, já anotado como responsável técnico pela empresa interessada. Considerando que a UGI encaminha o processo à CEA para análise e manifestação quanto da anotação de novo responsável técnico pela empresa TN Santos Controle de Pragas LTDA, sendo a tripla Responsabilidade Técnica por parte do profissional Eng. Agr. Marco Antonio Manzano Bertussi. Considerando que não há informação quanto ao referendo pela CEA do registro da empresa e do responsável técnico indicado à época do registro. Considerando a análise das relações votadas pela Câmara de Agronomia não encontramos o referido processo. Considerando as informações do registro da empresa para análise da CEA: A interessada requereu o registro no Conselho em 13/11/2017, indicando como responsável técnico o Eng. Agr. Flávio Tales de Oliveira. Considerando que referido profissional possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, e do Decreto 23.196/33.” Considerando que ele foi contratado com prazo determinado, com horário de trabalho declarado de: segunda a sexta das 16h às 18h30. Considerando que recolheu as ARTs 28027230172734464, 28027230172766481 e 28027230172927636. Considerando que está anotado como primeira responsabilidade técnica pela empresa CCPU Controle de Pragas Tratamentos Fitossanitários LTDA com horário de trabalho declarado de segunda a sexta das 9h às 15h. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa TN Santos Controle de Pragas LTDA com a anotação da profissional Eng. Agr. Flávio Tales de Oliveira, como seu responsável técnico em 20/12/2017 – segunda responsabilidade do profissional. Considerando o objeto social da interessada. Considerando que o processo não foi analisado pela CEA quanto ao referendo do registro da empresa TN Santos Controle de Pragas LTDA com a anotação do profissional Eng. Agr. Flávio Tales de Oliveira, como seu responsável técnico – segunda responsabilidade. Considerando que há compatibilidade dos horários de trabalho do profissional Eng. Agr. Flávio Tales de Oliveira nas duas empresas. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e manifestação quanto da anotação de novo responsável técnico pela empresa, o sócio Eng. Agr. Marco Antonio Manzano Bertussi, sendo a tripla responsabilidade Técnica por parte do profissional Eng. Agr. Marco Antonio Manzano Bertussi. Considerando que há compatibilidade dos horários de trabalho do profissional Eng. Agr. Marco Antonio Manzano Bertussi nas três empresas. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. DECIDIU: **1) Pelo referendo do registro da empresa TN Santos Controle de Pragas LTDA com a anotação do profissional Eng. Agr. Flávio Tales de Oliveira, como responsável técnico – dupla responsabilidade técnica; 2) Pelo deferimento da anotação do profissional Eng. Agr. Marco Antonio Manzano Bertussi, sócio da empresa, como responsável técnico – tripla responsabilidade técnica e 3) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de tripla responsabilidade técnica.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>130/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-19146/1996</b>
Interessado(a):	<b>VORTEX CONTROLE DE PRAGAS LTDA- ME</b>

**EMENTA: Defere pedido de cancelamento do registro da empresa VORTEX – Controle de Pragas LTDA – ME no CREA-SP, pois a empresa já possui registro em outro Conselho – CRQ.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-19146/1996** que trata do julgamento do pedido de cancelamento de registro no CREA-SP feito pela empresa VORTEX – Controle de Pragas LTDA – ME. Considerando que a empresa que quer “... a exclusão definitiva do Registro do CREA-SP sob o nº 1099772, por motivo da atividade operacional principal da empresa, no caso, imunização e controle de pragas urbanas ser de natureza tipicamente da área química.” Considerando que em 31/01/2017 a interessada requereu o cancelamento do seu registro no CREA-SP. Considerando o objeto social da empresa: A prestação de serviços com fornecimento de materiais a serem utilizados na sua execução, são elas: I – Controle de pragas urbanas e higienização; II – Limpeza e conservação de caixa de gordura, caixa séptica e caixa de água; III – Limpeza e desinfecção de áreas alfandegadas e residenciais; IV – Tratamentos fitossanitários com fins quarentenários. Considerando o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica no qual se verifica que a atividade econômica principal da empresa é: “a imunização e controle de pragas urbanas” e as atividades secundárias são: “atividades de limpeza não especificadas anteriormente e as atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes”. Considerando o Certificado de anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CRQ, da qual destacamos que a empresa interessada está registrada naquele conselho tendo a profissional Eng. Química Ana Paula Azevedo Stefano como responsável técnica, datado de 26/08/16. Considerando que a empresa foi notificada do indeferimento da solicitação de cancelamento de registro. Considerando que a empresa requer “... a exclusão definitiva do Registro do CREA-SP sob o número 1099772, por motivo da atividade operacional principal da empresa, no caso, imunização e controle de pragas urbanas ser de natureza tipicamente da área química... Portanto, tal função é privativa do profissional da Química, devendo o Engenheiro de Química ser registrado no CRQ – IV Região por força do que preconizam as legislações que regem, pois trata-se de profissional graduado em curso com natureza curricular da Engenharia Química, estando abrangido pela Lei nº 2.800/56 e nunca pela Lei 5.194/66 (CREA). Ademais, é inconteste o fato de que é vedado o DUPLO REGISTRO, de acordo com o artigo 1º da Lei 6.839/80.” Considerando a Cópia da Lei 2.800/56 que cria os Conselhos Federal e Regionais de Química e dá outras providências e da Lei 6.839/80 que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões. Considerando a cópia da notificação nº 149/2017, de 05/01/2017, para que a empresa apresentasse cópia da ART referente aos serviços técnicos

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

realizados na Associação Hospitalar Casa da Saúde de Santos – SP, fl. 164. Considerando o Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica no CRQ. Considerando a cópia da Notificação no 643/2017, de 09/01/2017, para que a empresa apresentasse cópia da ART referente aos serviços técnicos no Hospital Visão Laser Oftalmologia Ltda. Considerando a cópia do Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica no CRQ. Considerando a cópia do documento de baixa de responsabilidade técnica do profissional Alziro Antonio Camargo, CREA 0500440742, datado de 18/07/2016, o qual declara como motivo de baixa “Desligamento da empresa sendo substituído por Eng. Química filiada ao CRQ (Conselho Regional de Química)”. Considerando a cópia da notificação no 166/2017, de 05/01/2017, para que a empresa indicasse profissional legalmente habilitado para ser anotado Responsável Técnico. Considerando a nova cópia do Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica no CRQ. Considerando a Cópia dos documentos pessoais dos sócios da empresa: Sr. Evaldo José Bento e Sr. Antonio Paulo Bento. Considerando a cópia do contrato de prestação de serviço da empresa interessada e a Eng. Química Ana Paula Azevedo Stefano, registrada no CREA SP sob o número 50 63039548. Considerando a cópia dos documentos da profissional Eng. Química Ana Paula de Azevedo Stefano a qual possui registro no CREA SP e no CRQ. Considerando a nova cópia do Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica no CRQ. Considerando a nova cópia do Ofício encaminhando à empresa, em 14/03/17, informando do indeferimento da solicitação de cancelamento de registro. Considerando a cópia de boletos de cobrança da anuidade da empresa. Considerando a Legislação Vigente: Considerando que se verifica que a atividade principal da empresa, segundo o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, é “a imunização e controle de pragas urbanas”. Considerando que a empresa está cadastrada no Conselho Regional de Química. Considerando que a empresa possui Responsável Técnico uma Engenheira Química. **DECIDIU: Pelo deferimento do cancelamento do registro no CREA-SP, pois a empresa já possui registro em outro Conselho.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>131/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-492/2015</b>
Interessado(a):	<b>HP CALADO - ME</b>

**EMENTA: A empresa HP CALADO – ME não necessita indicar Responsável Técnico no âmbito da Câmara Especializada de Agronomia, desde que não realize nenhuma atividade constante em seu objeto social afeta aos profissionais da modalidade agronomia, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-492/2015** que trata da análise quanto a indicação de Responsável Técnico no âmbito da Agronomia. Considerando que a empresa HP CALADO – ME, sediada em Sumaré/SP, requereu registro no CREA/SP em novembro de 2014. Considerando que a empresa indicou o Responsável Técnico – Engº Mecânico Ricardo Queiroz Silvestre, portador de atribuições para desenvolver atividades de acordo com a R00218120000, do artigo 12 da Resolução 218 do CONFEA. Considerando a cópia de ART de cargo ou função nº 92221220141683661. Considerando a cópia de contrato de prestação de serviço por prazo determinado. Considerando que a empresa tem com objeto social, conforme Requerimento de Empresário perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo: “fornecimento de serviços de estudos, pesquisas e projetos, reparos, reformas e instalações em obras civis, de Engenharia e Construções, de adaptações, de instalações e montagens, de manutenção e conservações de bens móveis, de transportes, manuseios de matérias, acondicionamentos e armazenagens, de locações, de serviços gerais, públicos terceirizados, de serviços especializados e não especializados em regime de CLT, manuseio de mudas para plantio, apoio administrativo, paisagismo, higienização de acervos documentais, consertos e reformas de equipamentos de playground, informática em geral, comércio de máquinas, equipamentos, peças, acessórios e componentes para: aeronaves, embarcações, ferrovias, tratores, pneus e câmaras, veículos rodoviários, automóveis, motocicletas, ciclomotores, de oficina de manutenção, matérias para serviços gerais, para indústrias especializadas, agrícolas, pecuária, conservação de rodovias, mineração. Manuseio de material, cordas, cabos e correntes, refrigeração, condicionamento e purificação de ar, combate a incêndio, resgate, bombas e compressores, fornos, caldeiras e reatores, instalações hidráulicas, sanitárias, calefação, purificação e filtragem de água, canos, tubos, mangueiras, válvulas, ferramentas manuais, ferragens e abrasivos, estruturas e andaimes pré fabricados, tábuas, compensados de madeira, esquadrias, portas em geral, ferro, construção e pavimentação, comunicação, detecção e radiação, elétricos e eletrônicos, emissores de rádio e televisão, condutores elétricos e de força, lâmpadas para iluminação de ambientes, aparelho de iluminação,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

sistemas de alarme, sinalização, detecção para segurança, artigos de uso veterinário, uso médico, uso odontológico, uso hospitalar, controle de medição de gases comprimidos, filmográficos, fotográficos, fonográficos, substâncias e produtos químicos, treinamento, mobiliários em geral, utensílios e utilidades de uso geral, utensílios para refeitório, copa, cozinha, escritórios, livros, mapas e outras publicações, instrumentos musicais, artesanatos, limpeza, dedetização e esterilização, tintas, vedantes, recipientes em geral, tecidos, couros, peles, aviamentos, suprimentos agrícolas, animais vivos, gêneros alimentícios, perfilados metálicos, placas e acessórios de identificação de sinalização.” Considerando o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, apresenta como descrição da atividade principal: Loja de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines; e como descrição das atividades secundárias, dentre outras: serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo; atividades paisagísticas, etc. Considerando que o processo foi encaminhado para a CEEMM para análise e parecer quanto a indicação do Responsável Técnico, que decidiu aprovar o registro da empresa e a indicação do RT. Considerando que a CEEMM solicitou que o referido processo fosse encaminhado para a CEA, CEEC e CEEE para análise. Considerando que em dezembro de 2015, o processo foi restituído para a UGI Americana para elaboração de relatório detalhado das atividades desenvolvidas. Considerando que em janeiro de 2016, a empresa foi diligenciada e obteve-se as seguintes informações: “a empresa desenvolve as seguintes atividades: manutenção preventiva e corretiva de bombas, filtros e aquecedores para piscinas; instalação de bombas e encanamento para sistemas de irrigação.” Considerando que após análise do processo pelas CEEC e CEEE, onde aprovaram parecer de que não há necessidade de indicação de RT nas áreas de engenharia civil e engenharia elétrica, o referido processo foi encaminhado à CEA para apreciação. Considerando o objeto social da empresa, bem como as atribuições do profissional anotado como Responsável Técnico. Considerando que o registro da empresa neste Conselho, possui restrição de atividades referente ao objeto social, Exclusivamente para as atividades na área da Engenharia Mecânica. Considerando o artigo 13, parágrafo único da Resolução 336/89 do CONFEA: “O registro será concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições dos profissionais, até que a pessoa jurídica altere seus objetivos ou contrate outros profissionais com atribuições capazes de suprir aqueles objetivos”. DECIDIU: **1) Não há necessidade de indicação de Responsável Técnico, desde que a empresa não realize nenhuma atividade constante em seu objeto social que são pertinentes dos profissionais da agronomia; 2) Comunicar a Empresa de que haverá necessidade de contratação de Responsável Técnico (engenheiro agrônomo ou engenheiro florestal) se passar a desenvolver atividades afetas a agronomia e 3) Em processo próprio solicitar que a UGI Americana, faça nova diligência ao estabelecimento para comprovar as reais atividades desenvolvidas pela interessada.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José





Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>132/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-3429/2017</b>
Interessado(a):	<b>LUMA TOPOGRAFIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO</b>

**EMENTA: Referenda o registro da empresa Luma Topografia e Prestação de Serviço Ltda ME com a anotação do profissional Técnico em Agropecuária Luiz Carlos Antonio e com restrição de atividades conforme as atribuições do Técnico em Agropecuária anotado, no âmbito da Câmara Especializada de Agronomia e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-3429/2017** que trata do registro da empresa Luma Topografia e Prestação de Serviço Ltda ME com a anotação dos profissionais Técnico em Agropecuária Luiz Carlos Antonio e Técnico em Agrimensura Vanderlei Rodrigues Mourão, como responsáveis técnicos. Considerando o objeto social da interessada é: “a-) Obras de terraplenagem; b-) Serviços de preparação do terreno, tais como, drenagem do solo, demarcação dos locais, rebaixamento, nivelamentos de terrenos agrícolas, urbanos e florestais; c-) Aluguel de equipamentos comerciais e industriais, sem operador.” Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho, indicando como responsáveis técnicos Técnico em Agropecuária Luiz Carlos Antonio e Técnico em Agrimensura Vanderlei Rodrigues Mourão. Considerando que o profissional Técnico em Agropecuária Luiz Carlos Antonio possui atribuições “do artigo 3º da Resolução 262/79, do Confea, circunscritas ao âmbito da respectiva modalidade”, é sócio da empresa, tem com horário de trabalho declarado de segunda, quarta e sexta das 8h às 12h e recolheu a ART 28027230172362968. Considerando que o profissional Técnico em Agrimensura Vanderlei Rodrigues Mourão possui atribuições “do Decreto 90.922/85, circunscritas ao âmbito da Agrimensura, ressaltando-se o disposto na Lei 7.270/84”, foi contratado com prazo determinado, tem com horário de trabalho declarado de segunda, quarta e sexta das 8h às 12h e recolheu a ART 28027230172449408. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa Luma Topografia e Prestação de Serviço Ltda ME com a anotação dos profissionais Técnico em Agropecuária Luiz Carlos Antonio e Técnico em Agrimensura Vanderlei Rodrigues Mourão, e encaminhou o processo à Câmara Especializada Agronomia e para Câmara Especializada de Agrimensura. Considerando o objeto social da interessada. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico no âmbito da Câmara Especializada de Agronomia: Técnico em Agropecuária Luiz Carlos Antonio. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12 e 13 da Resolução 336/89 do CONFEA. Considerando que a empresa foi registrada pela UGI. Considerando a necessidade da análise

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

da Câmara Especializada de Agrimensura. DECIDIU: **1) Pelo referendo registro da empresa Luma Topografia e Prestação de Serviço Ltda ME com a anotação do profissional Técnico em Agropecuária Luiz Carlos Antonio e com restrição de atividades conforme as atribuições do Técnico em Agropecuária anotado, no âmbito da Câmara Especializada de Agronomia e 2) Pelo encaminhamento do processo à Câmara Especializada de Agrimensura para análise e julgamento quanto ao registro da empresa com a indicação do profissional Técnico em Agrimensura Vanderlei Rodrigues Mourão.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>133/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-2645/2012 V2</b>
Interessado(a):	<b>ENCLAVAT - EMPRESA NAC DE CLASSIF. VEG. E ASSIS TEC. LTDA ME</b>

**EMENTA: Referenda a anotação do Profissional Técnico em Agropecuária Rodolfo Ciarnuto Domingues Paes, registro CREASP 5069781355, como Responsável Técnico da empresa ENCLAVAT – Empresa Nacional de Classificação Vegetal e Assistência Técnica LTDA-ME.**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **F-2645/2012 V2** que trata de indicação de novo responsável técnico Técnico Agropecuário Rodolfo Ciarnuto Domingues Paes, pela empresa ENCLAVAT-Empresa Nacional de Classificação Vegetal e Assistência Técnica LTDA ME. Considerando o objeto social da empresa: “A realização de análise técnica e classificação de cereais em geral”. Considerando que a UGI Mogi Guaçu, nos termos da Instrução 2097, do CREA SP, em seu item 07 e subitem 5.1 e 6.1, concedeu registro provisório, com prazo de 90 dias, com vencimento em 05/08/2017, e encaminhou o presente processo a esta Câmara Especializada de Agronomia-CREASP para análise e parecer com as informações prestadas e juntadas nestes autos. Considerando que o profissional Técnico Agropecuário Rodolfo Ciarnuto Domingues Paes e a empresa ENCLAVAT-Empresa Nacional de Classificação Vegetal e Assistência Técnica LTDA ME estão em situação regular junto a este Conselho, na forma da legislação em vigor. Considerando o Decreto 90.922/85, em especial os artigos 3º, 6º e 7º. **DECIDIU: Por referendar o pedido de anotação do Profissional Técnico em Agropecuária Rodolfo Ciarnuto Domingues Paes, com registro CREASP 5069781355, como Responsável Técnico da empresa ENCLAVAT – Empresa Nacional de Classificação Vegetal e Assistência Técnica LTDA-ME.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr.



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>134/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-8632/2017</b>
Interessado(a):	<b>DANIEL GAIESKI</b>

**EMENTA: Anota nos assentamentos do profissional Engenheiro Mecânico – Automação e Sistemas Daniel Gaieski, o curso de Pós-graduação: Mestrado em Engenharia Agrícola na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas - SP, mantendo-se as atribuições já cadastradas, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **PR-8632/2017** que trata do pedido de anotação de curso de Pós-graduação: Mestrado em Engenharia Agrícola realizada pelo profissional Engenheiro Mecânico – Automação e Sistemas Daniel Gaieski. Considerando que o interessado apresentou cópia do Diploma, datado de 10/03/2010, realizado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas - SP. Requerimento de anotação do curso de pós-graduação - Mestrado. Considerando a cópia do Diploma de graduação do interessado, que conferiu o título de Engenheiro Mecânico – Automação e Sistemas emitido pela Universidade São Francisco – Itatiba -SP, em 03/02/2006 e histórico escolar. Considerando a cópia do Diploma de curso de Pós-graduação: Mestrado em Engenharia Agrícola, ministrado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, e que conferiu ao profissional o Título de Mestre em Engenharia Agrícola na área de Máquinas Agrícolas. Considerando a cópia do histórico escolar, do qual destacamos o título da dissertação: “Supervisão e Controle de Sistema de Secagem de Grãos de Feijão em Leito Fixo Visando Economia de Energia e Qualidade do Produto”. Considerando a cópia do RG, CPF, Certificado de Reservista, Título de Eleitor e comprovantes de votação, Certidão de quitação eleitoral e comprovante de residência. Considerando o comprovante de pagamento da taxa de registro. Considerando a comprovação da veracidade dos diplomas apresentados. Considerando que o interessado encontra-se registrado no CREA-SP sob nº 5062328632, com o título de Engenheiro Mecânico – Automação e Sistemas e com as atribuições do artigo 12 da Resolução 218/73, do Confea no que se refere a engenharia mecânica – automação e sistemas. Considerando a informação de que a instituição encontra-se cadastrada no CREA – SP, mas o curso não está cadastrado. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer quanto à anotação do curso de pós-graduação conforme identificado acima. Considerando a documentação constante do processo. Considerando o artigo 46 da Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Considerando os artigos 4º, 10, 45 e 48 da Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências. Considerando os artigos 7º e 12 da Resolução Nº 1.073/16 do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia. Considerando que o interessado possui atribuições das atividades do artigo 12 da Resolução 218/73, do Confea no que se refere a engenharia mecânica – automação e sistemas. Considerando que o curso realizado foi a Pós-graduação: Mestrado em Engenharia Agrícola, realizado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas - SP., DECIDIU: **1) Pela anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Mecânico – Automação e Sistemas Daniel Gaieski, o curso de Pós-graduação: Mestrado em Engenharia Agrícola na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas - SP, mantendo-se as atribuições já cadastradas; 2) Em processo próprio realizar os procedimento para o cadastramento do curso de Pós-graduação: Mestrado em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP e 3) Após o registro do curso, notificar o profissional, caso haja interesse, que requeira o acréscimo de atribuições.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>135/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-148/2017</b>
Interessado(a):	<b>GUILHERME MURGO CHAVES</b>

**EMENTA: Concede ao Profissional Guilherme Murgo Chaves, Engenheiro Agrônomo e Tecnólogo em Mecanização Agrícola a anotação em carteira e expedição da Certidão de Inteiro Teor para que possa se cadastrar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e atuar na área de Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **PR-148/2017** que trata de pedido do profissional Engenheiro Agrônomo e Tecnólogo em Mecanização Agrícola Guilherme Murgo Chaves de anotação de Curso de Pós-Graduação “Lato sensu” em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos realizado na Fundação Paulista de Tecnologia e Educação – UNILINS – Centro Universitário de Lins – SP e emissão de certidão de Inteiro Teor. Considerando que o interessado Guilherme Murgo Chaves, Engenheiro Agrônomo e Tecnólogo em Mecanização Agrícola e com Registro no Crea-SP sob nº 5069265952, com registro, de Curso de Pós-Graduação “Lato sensu” em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos realizado na Fundação Paulista de Tecnologia e Educação – UNILINS – Centro Universitário de Lins – SP, no período de 05/04/2014 a 30/04/2016, perfazendo um total de 400 horas/aulas. Considerando o Requerimento do profissional, solicitando a Certidão de Inteiro Teor para fins de Georreferenciamento e Análise de Revisão de Atribuições. Considerando a cópia do Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação “Lato sensu” em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos e Histórico das Disciplinas cursadas. Considerando a Decisão da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura – CEEA nº 215/2017, de 18/12/17 que DECIDIU: “1. Favoravelmente à anotação no registro do interessado, Guilherme Murgo Chaves, do Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, realizado em conformidade com o disposto nos artigos 11 e 45, inciso II, da Resolução nº 1007/2003 do Confea; 2. Contrariamente à emissão de Certidão de Inteiro Teor requerida pelo interessado, para fins de assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, considerando que o referido ato, que se traduz no acréscimo de atribuições às conferidas em decorrência do curso de graduação, não atende ao disposto na Resolução nº 1073/2016 do Confea, no artigo 7º, em especial seus parágrafos 2º e 3º, por não tratar-se de curso de pós-graduação realizado na modalidade Stricto Sensu.” Considerando a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

PL 2087/2004, do Confea. Considerando a PLa 1347/2008, do Confea. Considerando a Decisão PL 0574/10, do Confea. Considerando a Resolução 1073/16 do Confea, em especial os artigos 1º, 3º, 7º e 14. Considerando que o profissional peticionário é Engenheiro Agrônomo e Tecnólogo em Mecanização Agrícola Guilherme Murgo Chaves com Registro no Crea-SP sob nº 5069265952, com registro, de Curso de Pós-Graduação “Lato sensu” em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos realizado na Fundação Paulista de Tecnologia e Educação – UNILINS – Centro Universitário de Lins – SP, no período de 05/04/2014 a 30/04/2016, perfazendo um total de 400 horas/aulas, portanto, o presente processo, primeiramente, deveria ser enviado para análise da Câmara Especializada de Agronomia e não para a Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura. Considerando que no Relato e Decisão da CEEA destacamos: no relato: “Embora o requerimento não se refira à solicitação de extensão de atribuições profissionais, assunto este regulamentado pela Resolução no 1073 do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissional aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia), vigente a partir de 22.04/2016, a emissão de Certidão de Inteiro Teor requerida pelo interessado, para fins de assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, e para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CENIR, tratada pela Decisão Plenária do CONFEA no 2087/2004 do CONFEA, equivale, quando deferida a um acréscimo de atribuições, e portanto, sujeito às disposições da mencionada Resolução. Consta dos autos que o requerimento do interessado é datado de 02/02/2017, ou seja, na vigência da Resolução no 1073 do CONFEA, de 22/04/2016, e à luz do disposto no art. 7º §2º e §3º, abaixo descritos, isto posto, o deferimento de emissão de “certidão de georreferenciamento”, equivalente à extensão de atribuições ao interessado, com profissão pertencente ao grupo profissional da Agronomia, somente caberia, caso o curso de pós-graduação realizado ocorresse na modalidade stricto sensu, condição esta não presente nos autos, visto que o realizado pelo interessado deu-se na modalidade lato sensu. O relator continua tecendo considerações...”; Nossa indagação ao ilustre relator deste e de outros processos emanados daquela Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura: “Qual seria a argumentação, de que os senhores Conselheiros Federais ADMAR BEZERRA ALVES, ANA KARINE BATISTA DE SOUSA, FERNANDO LUIZ BECKMAN PEREIRA, FRANCISCO JOSE BURLAMAQUI FARACO, IRACY VIEIRA SANTOS SILVANO, ISACARIAS CARLOS REBOUÇAS, JAQUES SHERIQUE, JOÃO DE DEUS COELHO CORREIA, JOSE CLEMERSON SANTOS BATISTA, JOSÉ ELIESER DE OLIVEIRA JÚNIOR, JOSÉ ROBERTO GERALDINE JÚNIOR, JOSÉ ROBERTO MEDEIROS SILVA, LINO GILBERTO DA SILVA, MODESTO FERREIRA DOS SANTOS FILHO, OSNI SCHROEDER, RICARDO ANTONIO DE ARRUDA VEIGA, RODRIGO GUARACY SANTANA e VALMIR ANTUNES DA SILVA, que subscreveram a Decisão Nº: PL-1347/2008, com convicção plena de que somente os Engenheiros Agrimensores detém o conhecimento sobre o Georreferenciamento ao aceitarem a frase: “e considerando que a concessão da atribuição em apreço deveria ter sido objeto de deliberação do Plenário do Crea-MS, após apreciada, também, pela Câmara Especializada de Agrimensura ou equivalente, e não somente pela Câmara Especializada de Agronomia visto que trata-se de situação em que o profissional de uma modalidade, no caso Agronomia,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

requer atribuições, no caso de georreferenciamento, afetas à modalidade Agrimensura”? Considerando que aos que se ativeram à Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001 que altera dispositivos das Leis abaixo nominadas: Lei 4.947, de 6 de abril de 1966 que fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências. Lei 5.868, de 12 de dezembro de 1972 que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Art.174, § 3º Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação prevista na alínea a do item 3 do inciso II do § 1º será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a quatro módulos fiscais. E que na Lei 6015, ainda consta o Registro Torrens (CAPÍTULO XI). Introduzido em 1890, para se estender persuasivamente e de modo facultativo a todo Brasil, concentrou-se principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. Art. 277. Requerida a inscrição de imóvel rural no Registro Torrens, o oficial protocolará e autuará o requerimento e documentos que o instruírem e verificará se o pedido se acha em termos de ser despachado. Lei 6.739, de 5 de dezembro de 1979 que dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais e dá outras providências. Lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996 que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. Considerando que como destacado no item anterior, a palavra Georreferenciamento, foi incluído com a (Lei nº 10.267, de 2001), portanto não foram somente os Engenheiros Agrimensores que a redigiram! Considerando que Georreferenciamento de Imóveis Rurais é uma técnica que deve seguir os procedimentos e trâmites exigidos pelo SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária, desenvolvido pelo INCRA/MDA para gestão de informações fundiárias do meio rural brasileiro. Por ele são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais. Considerando que o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para subsidiar a governança fundiária do território nacional. Considerando que por ele são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais, públicos e privados. Por meio do SIGEF são realizadas a certificação de dados referentes a limites de imóveis rurais (§ 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) e a gestão de contratos de serviços de georreferenciamento com a administração pública, compreendendo: 1. Credenciamento de profissional apto a requerer certificação; 2. Autenticidade de usuários do sistema com certificação digital, seguindo padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil); 3. Recepção de dados georreferenciados padronizados, via internet; 4. Validação rápida, impessoal, automatizada e precisa, de acordo com os parâmetros técnicos vigentes; 5. Geração automática de peças técnicas (planta e memorial descritivo), com a possibilidade de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

verificação de autenticidade online; 6. Gerência eletrônica de requerimentos relativos a parcelas: certificação, registro, desmembramento, remembramento, retificação e cancelamento; 7. Possibilidade de inclusão de informações atualizadas do registro de imóveis (matrícula e proprietário) via internet, permitindo a efetiva sincronização entre os dados cadastrais e registrais; 8. Gestão de contratos de serviços de georreferenciamento com a administração pública, com acesso para órgãos públicos, empresas, responsáveis técnicos e fiscais; 9. Pesquisa pública de parcelas certificadas, requerimentos e credenciados. Considerando que o profissional em apreço é Engenheiro Agrônomo e Tecnólogo em Mecanização Agrícola e deverá estar ciente e preparado para seguir os manuais e ditames do INCRA e as Normas da ABNT 13133 referentes aos “Serviços Topográficos” e 14166 “Rede de Referência Cadastral Municipal” e ser cômico de suas obrigações éticas com a sociedade e sabedor de que será fiscalizado pelo INCRA e pelo Sistema CONFEA / CREAs, do qual faz parte. DECIDIU: **Por conceder ao Profissional Guilherme Murgo Chaves, Engenheiro Agrônomo e Tecnólogo em Mecanização Agrícola a anotação em carteira e expedição da Certidão de Inteiro Teor requerida, para que possa se cadastrar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e atuar na área de Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>136/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-457/2009</b>
Interessado(a):	<b>MARCOS BIANCONCINI TEIXEIRA MENDES</b>

**EMENTA: Anota nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Marcos Bianconcini Teixeira Mendes, o curso de pós-graduação Lato-sensu em “Cafeicultura Empresarial: Produtividade e Qualidade” na Universidade Federal de Lavras – Lavras – MG, mantendo-se as atribuições já cadastradas.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **PR-457/2009** que trata do pedido de anotação de curso de Pós-graduação: Lato-sensu em “Cafeicultura Empresarial: Produtividade e Qualidade” pelo profissional Eng. Agrônomo Marcos Bianconcini Teixeira Mendes. Considerando que o interessado apresentou cópia do Diploma, datado de 06/03/2000, realizado na Universidade Federal de Lavras – Lavras -MG. Considerando o requerimento de anotação do curso de pós-graduação. Considerando a cópia do Título de Eleitor e comprovantes de votação e comprovante de residência. Considerando que o interessado apresentou cópia do Diploma de curso de Pós-graduação: Lato-sensu em “Cafeicultura Empresarial: Produtividade e Qualidade”. Considerando o comprovante de pagamento da taxa de registro. Considerando a informação sobre o registro da instituição de ensino e do curso. Considerando a comprovação da veracidade do diploma apresentado. Considerando a informação de que a instituição encontra-se cadastrada no CREA – SP, mas o curso não está cadastrado. Considerando que o interessado encontra-se registrado no CREA-SP sob nº 5060489591, com o título de Engenheiro Agrônomo e com as atribuições do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33. Considerando a informação de que o profissional possui visto no CREA – MG. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer quanto à anotação do curso de pós-graduação conforme identificado acima. Considerando a documentação constante do processo. Considerando o artigo 46 da Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Considerando os artigos 10, 45 e 48 da Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências. Considerando o artigo 7º da Resolução Nº 1.073/16 do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Considerando que o interessado possui atribuições das atividades do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33. Considerando que o curso realizado foi Pós-graduação: Lato-sensu em “Cafeicultura Empresarial: Produtividade e Qualidade” na Universidade Federal de Lavras – Lavras –MG. DECIDIU: **Pela anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Marcos Bianconcini Teixeira Mendes, o curso de pós-graduação Lato-sensu em “Cafeicultura Empresarial: Produtividade e Qualidade” na Universidade Federal de Lavras – Lavras –MG, mantendo-se as atribuições já cadastradas.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>137/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-419/2017</b>
Interessado(a):	<b>FLAVIO HENRIQUE GARCIA SCROCCHIO</b>

**EMENTA: Anota nos assentamentos do profissional do profissional o Engenheiro Agrônomo Flávio Henrique Garcia Scrocchio, o Curso de Formação Continuada em Georreferenciamento de Imóveis Rurais, realizado nas Faculdades Integradas de Araraquara e expedição de Certidão de Inteiro Teor, para que possa se cadastrar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e atuar na área de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **PR-419/2017** que trata do requerimento do profissional Engenheiro Agrônomo Flávio Henrique Garcia Scrocchio anotação em carteira do Curso de Formação Continuada em Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Considerando que o profissional Flávio Henrique Garcia Scrocchio, Engenheiro Agrônomo, registrado no Crea-SP sob nº 0605215890, desde 10/05/1991, requer a anotação em carteira do Curso de Formação Continuada em Georreferenciamento de Imóveis Rurais, oferecido no período de 14/08 a 27/11/2004, pela instituição Faculdades Integradas de Araraquara. Considerando os documentos apresentados: Requerimento protocolado em 12/05/2017; - Cópia do Certificado, relativo ao curso citado, emitido em 27/11/2004, no qual consta o rol de disciplinas do curso, com respectivas cargas horárias (e carga horária total de 120 horas), compreendendo: Geodésia (30h); - Cartografia (15h); - Ajustamento (15h); - Sistemas de Posicionamento Global - Teoria (15h); - Sistemas de Posicionamento Global - Processamento (15h); - Sistemas de Posicionamento Global – Aplicado (22,5h); - Georreferenciamento (7,5h); respectivos Docentes e titulações. Considerando o Comprovante do pagamento da taxa correspondente ao serviço requerido. Considerando as informações de arquivo Resumo de Profissional em nome do interessado/requerente, constando as suas atribuições profissionais, do artigo 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do Confea, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196, de 12 de outubro de 1933. Considerando a impressão de mensagens eletrônicas trocadas entre a Unidade do Crea-SP e a Instituição de Ensino, em maio/2017, que confirma a conclusão do curso pelo interessado. Considerando o despacho e encaminhamento do processo pela Chefia da UGI São José do Rio Preto ao Sr. Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura e posteriormente ao Sr. Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia, para que seja analisado o pedido do curso de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, nos termos da Instrução 2522 deste



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Regional e Decisão PL-2087/2004, do Confea. Considerando a Decisão CEEA nº 10/2018 “pelo deferimento do requerimento de anotação em registro do interessado, a fim de habilitá-lo à assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional - CNIR.”. Considerando a Lei 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, destacamos os artigos 10, 11 e 46 alínea “d”. Considerando a Resolução 1007/2003, do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, destacamos o artigo 45. Considerando a Resolução nº 1057/2014 do Confea que Revoga a Resolução nº 262, de 28 de julho de 1979, a Resolução nº 278, de 27 de maio de 1983 e o art. 24 da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973 e dá outras providências, da qual destacamos os artigos 1º e 2º. Considerando a Decisão PL- 2087/04, do CONFEA, que reformula a Decisão PL-0633/2003. Considerando a PL-nº 1347/2008, do CONFEA, que confere Atribuições profissionais para atividades de georreferenciamento de imóveis rurais. Considerando a Decisão Plenária PL 0574/2010, que não acata a propositura da CCEEAGRI que trata de cadastramento dos cursos de georreferenciamento nos Creas. Considerando a Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007 do Ministério da Educação – CNE/CES, da qual destacamos o artigo 1º. Considerando a Resolução nº 1073/16 CONFEA - Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia, da qual destacamos os artigos 1º, 3º, 7º e 14. Considerando a Decisão CEEA nº 10/2018 “pelo deferimento do requerimento de anotação em registro do interessado, a fim de habilitá-lo à assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional - CNIR.”

**DECIDIU: Pela anotação nos assentamentos do profissional o Engenheiro Agrônomo Flávio Henrique Garcia Scrocchio, o Curso de Formação Continuada em Georreferenciamento de Imóveis Rurais, realizado nas Faculdades Integradas de Araraquara e expedição de Certidão de Inteiro Teor, para que possa se cadastrar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e atuar na área de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr.



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>138/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-329/2016</b>
Interessado(a):	<b>RAPHAEL BENASSATTO</b>

**EMENTA: Indefere o pedido de interrupção de Registro do Profissional do Engenheiro Agrônomo Raphael Benassatto, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **PR-329/2016** que trata de Interrupção de Registro do profissional Engenheiro Agrônomo Raphael Benassatto. Considerando que foi solicitada a interrupção de registro profissional tendo como motivo da interrupção: não usar o registro no momento. Considerando que na ocasião, foi apresentado ao Crea, além do requerimento de, cópia da CTPS do profissional, com o seu ingresso na USINA IPIRANGA Açúcar e Álcool, em 24.11.2014, no cargo de Engenheiro Agrônomo Trainee Júnior. Considerando que foi indeferido pela UGI a interrupção de registro. Considerando que o profissional foi comunicando através do seu Ofício nº 6376/2015. Considerando que foi encaminhada à CEA a Relação de Profissionais com Solicitação de Interrupção de Registro nº 04/2015 para referendo. Considerando a Decisão CEA/SP nº 380/2015, solicitando a unidade operacional informar o motivo do indeferimento. Considerando a Decisão CEA/SP nº 060/2016 que não referenda o indeferimento da UOP Descalvado, em sua relação nº 004/2015, ficando deferido o cancelamento requerido pelo profissional. Considerando que a UOP/Descalvado encaminhou o presente processo à CEA, tendo em vista que o profissional atualmente exerce atividade técnica como Engenheiro Agrônomo na Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A. Considerando o despacho da Coordenadoria da CEA, datado de 14.07.2016, retornando o processo à UOP objetivando a obtenção da descrição detalhada do cargo do interessado como Engenheiro Agrônomo Trainee Júnior. Considerando que a empresa IPIRANGA Industrial S/A informa que o interessado é seu funcionário desde 24.11.2014, mas que desde outubro de 2015 exerce a função de Encarregado Agrícola I, que tem como foco a gestão de pessoas, determinando e fiscalizando as tarefas diárias a serem executadas. Considerando a Decisão CEA/SP nº 85/2017, de 18.05.2017, por “considerando que não consta cópia de nova página da CTPS com anotação do novo cargo (Encarregado Agrícola I); considerando que é necessário para a análise do processo a descrição detalhada do cargo do interessado como Encarregado Agrícola I, DECIDIU: (...) a) Pelo retorno do processo à UOP de Descalvado para colher dados sobre os detalhes deste novo cargo e b) e apurar quem assume a Responsabilidade Técnica dessas atividades”. Considerando que a empresa foi notificada pela UOP em 18.09.2017 para apresentar dados sobre os detalhes do cargo de Encarregado Agrícola I, ocupado pelo Eng. Raphael Benassatto e nos informar quem assume a responsabilidade técnica dessas atividades. Considerando que a empresa IPIRANGA esclarece que a função de Encarregado Agrícola I tem como foco coordenar e orientar os colaboradores na realização de atividades de adubação, quebra-lombo e enleiramento de palha, inspecionando e

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

distribuindo atividades e verificando o andamento dos trabalhos, auxiliando na regulação de máquinas e equipamentos, determinando e fiscalizando as tarefas diárias a serem executadas, e que a responsabilidade técnica dos trabalhos executados fica a cargo do gerente agrícola Sr. Paulo Cesar Corazza Martinez. Considerando que a UOP/Descalvado anexa pesquisas de cadastro, onde se verifica que o profissional Paulo Cesar Corazza Martins não possui cadastro no Crea-SP, contudo está cadastrado no CREA-GO e no sistema SIC/CONFEA. Considerando que após informar as providências de orientação para que o profissional requeira registro/visto neste Crea-SP, a UOP/Descalvado retorna o presente processo à CEA, para análise. Considerando o retorno do processo para análise com descrição das funções exercidas pelo profissional Raphael Benassatto na Empresa Ipiranga Agroindustrial S/A, o solicitante não atende ao item II, do Art. 30 da Resolução Confea nº 1.007. Considerando a Resolução Confea nº 1.007/03, em especial os artigos 30 e 32. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial o artigo 7º e 45. Considerando a RESOLUÇÃO Nº 218/73, em especial os artigos 1º e 5º. Considerando a relação de atividades desenvolvidas pelo interessado citadas anteriormente. Considerando Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011. Considerando a Instrução nº 2560, do CREASP. Considerando que a interrupção ou o cancelamento do registro são facultados ao profissional registrado que não pretende exercer sua profissão e que não ocupe cargo ou emprego para o qual seja exigida formação profissional ou para cujo concurso ou processo seletivo tenha sido exigido título profissional de área abrangida pelo Sistema Confea/Crea. Considerando que as atividades da função exercida pelo interessado incluem atividades técnicas próprias do Engenheiro Agrônomo. **DECIDIU: 1) Pelo indeferimento da Interrupção de Registro do Profissional Engenheiro Agrônomo Raphael Benassatto; 2) Retorne à UOP – Descalvado para notificar o profissional Paulo Cesar Corazza Martins a regularizar-se junto ao no Crea-SP e 3) Pela Notificação à empresa Ipiranga Agroindustrial S/A. para apresentar responsável técnico pelas atividades, com registro no CREA deste estado SP.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>139/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-2994/2016</b>
Interessado(a):	<b>L.L. LOCAÇÕES DE MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA</b>

**EMENTA: Cancela o Auto de Infração Nº 37922/2016 lavrado em face da empresa L.L. Locação de Máquinas Agrícola LTDA por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-2994/2016** que trata do assunto de autuação da empresa L.L. Locação de Máquinas Agrícola LTDA por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando a informação da Nota fiscal emitida pela empresa em 19/04/2016 no valor de R\$ 700,00, referente ao serviço de “locação de 5 horas de pá-carregadeira a R\$ 140,00/hora e movimento de terra no terreno do proprietário”. Considerando a Ficha cadastral completa da interessada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), na qual o objetivo social da empresa é apontado como sendo “Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal”, tendo com endereço Rua Mário Bailoni, n. 28, Jardim Recanto das Águas, Monte Aprazível, SP, e sócios Aluisio Fernando Lourenzatto e Elizandra Lourenção, ambos assinando pela empresa com valor de participando na sociedade de R\$ 10.000,00. Considerando o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no qual é apontado como atividade econômica principal o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador e atividade secundária o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. Considerando que em 23 de maio de 2016 a empresa foi notificada (n 15221/2016) pelo CREA-SP, tendo como irregularidade o exercício ilegal da Profissão: pessoa jurídica SEM REGISTRO no CREA (com objetivo social relacionado às atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo sistema CONFEA/CREA. Considerando que no ato da notificação, estipulou-se 10 (dez) dias úteis para a empresa requerer o registro no CREA/SP, indicando um profissional legalmente habilitado para ser anotado com Responsável Técnico. Considerando que em 28/11/2016, o Agente Fiscal Dorival de Oliveira informou que a empresa não promoveu seu registro perante ao CREA. Considerando a abertura do processo SF 2994/2016, tendo como interessada a empresa L.L. Locações de máquinas agrícolas Ltda, assunto “infração ao artigo 59 da Lei 5194/66”, sendo encaminhado o processo para o setor de fiscalização. Consideradno que em 05/12/2016 a interessada foi autuada por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, através do Auto de Infração n 37922/2016, com multa no valor de R\$ 1.965,45, uma vez que, apesar de notificada, sem possuir registro no CREA-SP, constituída para realizar atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/CREA, vem desenvolvendo as atividades de Execução de terraplanagem, conforme apurado em 19/04/2016. Considerando que em 16/12/2016 a interessada apresentou defesa, na qual alega: improcedência do Auto de infração tendo em vista que trata de uma sociedade composta de marido e esposa e sua atividade restringe NA LOCAÇÃO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

de equipamentos, não possuindo operadores de máquinas e mesmo qualquer empregado e anexando a relação dos trabalhadores da empresa e sua remuneração, a relação anual de informação social – RAIS. Considerando que o contrato social, consta o objeto social da empresa “locação de maquinas e equipamentos agrícolas e locação de transporte rodoviários de cargas e serviços agrícolas. Considerando a informação que a multa não foi paga. Considerando a Lei nº 5.194/66, da qual destacamos o Art. 7º, 8º e 46 alínea “d”. Considerando que acordo com objetivo social da empresa L. L. Locações de Máquinas Agrícolas Ltda “Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal”, não condizem às alíneas b, f e g do Art. 7º da Lei 5.194/66, e ao parágrafo único acima mencionado, verificando-se a não obrigatoriedade do profissional habilitado e registrado pelo Conselho Regional. Considerando que não foi apresentado pelo agente fiscal, em nenhum momento, o Relatório de visita técnica in loco. Considerando que a atividade de locação de máquinas pelo interessado não se enquadra a ao Artigo 59 da Lei federal nº 5.194/66. Considerando a Resolução 1008/04 do CONFEA da qual destaca-se: Artigo 2º, alínea III. Considerando que no processo em análise, não consta o Relatório de fiscalização realizado pelo Agente fiscal, pressupondo que não houve visita ao local. Considerando que não consta no processo nenhum contrato de prestação de serviço que comprove o ato de infração pela interessada. Considerando a defesa apresentada que afirma que a empresa restringe suas atividades na locação de equipamentos, não possuindo operadores de máquinas e mesmo qualquer empregado, anexando a este processo a relação dos trabalhadores da empresa e sua remuneração, a relação anual de informação social – RAIS, o contrato social, no qual destaca o objeto social da empresa “locação de maquinas e equipamentos agrícolas sem operador. DECIDIU: **Pelo cancelamento do Auto de Infração Nº 37922/20162016 lavrado em face da empresa L.L. Locação de Máquinas Agrícola LTDA por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>140/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-1227/2017</b>
Interessado(a):	<b>ANA CRISTINA ZAPATA DE CARVALHO - ME</b>

**EMENTA: Que a empresa Ana Cristina Zapata de Carvalho-ME não necessita de registro no CREA-SP, uma vez que já esta devidamente registrada no CRQ.**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-1227/2017** que trata de apuração de irregularidades em face da empresa Ana Cristina Zapata de Carvalho-ME. Considerando que a empresa Ana Cristina Zapata de Carvalho-ME com atividade principal de imunização e controle de pragas urbanas foi notificada para requerer registro para exercer suas atividades. Considerando que a interessada apresentou cópia do certificado de Anotação de Responsabilidade técnica no 9615/2017. Considerando que consta a técnica em química Ana Cristina Zapata de Carvalho como responsável técnico. Considerando que a interessada também protocolou documento de defesa, informando que atua na área química e que já se encontra regularmente registrada pelo CRQ da IV região, o qual também se manifestou perante ofício a Presidência do CREA-SP citando os dispositivos da lei 5194/66 (artigos 59 e 60) e da lei 6839/80 (fl 17/19). Considerando os Artigos 7, 45, 46, 59 e 60 da Lei Federal nº 5194/66. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA. Considerando a Decisão Normativa no 67/00 do CONFEA. Considerando a Lei Federal 6839/80. Considerando a Resolução da ANVISA nº 52, de 22/10/2009, em especial o artigo 4, inciso X – onde o responsável técnico pode ser profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante e no artigo 8, que a empresa tenha que estar registrado no conselho profissional do seu responsável técnico, face às atividades da empresa interessada e as atribuições do profissional indicado como responsável técnico. Considerando que a Técnica em química Ana Cristina Zapata de Carvalho, e a empresa ambas estão registradas no CRQ-IV região e o constante no processo. **DECIDIU: 1) Que a empresa Ana Cristina Zapata de Carvalho-ME não necessita de registro no CREA-SP, uma vez que já esta devidamente registrada no CRQ e 2) Pelo arquivamento do presente processo.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>141/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-2290/2017</b>
Interessado(a):	<b>SILVANA MARIA FRANCO MARGATHO</b>

EMENTA: **Concede vista a Conselheira Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-2290/2017** que trata de apuração de irregularidade em face da profissional Eng. Agr. Ana Cristina Zapata de Carvalho. DECIDIU: **Conceder vistas ao Conselheiro Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo**. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>142/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-254/2017</b>
Interessado(a):	<b>AGRO FAUNA COMÉRCIO DE INSUMOS LTDA</b>

EMENTA: **Retira de pauta a pedido do relator para alterações.**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-254/2017** que trata de apuração de irregularidades face a denúncia anônima em nome da empresa Agro Fauna Comércio de Insumos LTDA. DECIDIU: **Retirar de pauta a pedido do relator para alterações.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>143/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-1584/2013</b>
Interessado(a):	<b>ALESSANDRO HENRIQUE FELCI</b>

**EMENTA: Anula as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs números: 92221220120570037, 92221220120449270, 92221220100324418, 922212220091193943, 92221220090705648 e 92221220090705542, nos termos do inciso II do art. 25 da Resolução 1025/09 do Confea, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-1584/2013** que trata de apuração da análise e deliberação quanto à exorbitância do profissional Engenheiro Ambiental, Alessandro Henrique Felici. Considerando a alínea “b” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando a informação que em levantamento dos processos licitatórios no Saev Ambiental de Votuporanga, apurou-se que o Engenheiro Ambiental, Alessandro Henrique Felici se responsabilizou pelo contrato entre o Saev e a empresa Maria Aparecida da Silva Felice EPP para “plantio com fornecimento de mudas de eucalipto da espécie eucalyptus citriodora; plantio com fornecimento de mudas de espécies exótica hibisco e manutenção pelo período de 12 meses das mudas de espécies florestais nativas, eucalipto e espécie exótica hibisco na APP e cortina vegetal na ETE de Votuporanga”. Considerando a pesquisas em ARTs do profissional, no sistema, desde 2009. Considerando a informação de cadastro do profissional no CREA –SP na qual verifica-se que ele está registrado como Engenheiro Ambiental desde 22.04.2009, com atribuições “Do artigo 02, da Resolução 447 de 22.09.2000, que consiste nas atividades de 01 a 14 e 18, do artigo 01, da Resolução 218, de 29/06/73 do CONFEA, referentes à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos”. Considerando que está anotado como responsável técnico pela empresa Construflorec Recuperação Ambiental LTDA – ME (sócio), em 15.07.2010. Considerando as Cópias das ARTs recolhidas pelo profissional interessado: ART 92221220120570037, recolhida em 30.05.2012: serviços de “coordenação técnica da implantação e condução por 12 meses de 7.000 mudas de árvores nativas, 4.300 mudas de eucalyptus citriodora e 1.100 mudas de Hibisco a serem plantadas na ETE Votuporanga, para recuperação de APP e cortina vegetal.”; ART 92221220120449270, recolhida em 07.05.2012: serviços de “vistoria para desenvolver relatório de monitoramento das condições da reconstituição florestal exigido pela CETESB-SP.”; ART 92221220100324418, recolhida em 02.02.2010: serviços de “elaboração de projeto de recomposição florestal e caracterização da vegetação referente ao plantio compensatório pela intervenção em APP em uma área de 99,50m². A execução da obra e/ou serviços e

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

demais responsabilidades ficam a cargo da Concessionária de Rodovias Triângulo do Sol Auto-Estradas S/A.”; ART 92221220091193943, recolhida em 28.09.2009: serviços de “elaboração de projeto de recomposição florestal e caracterização da vegetação referente ao plantio compensatório pela intervenção em APP em uma área de 128,71m<sup>2</sup>. A execução da obra e/ou serviços e demais responsabilidades ficam a cargo da Concessionária de Rodovias Triângulo do Sol Auto-Estradas S/A.”; ART 92221220090705648, recolhida em 29.07.2009: serviços de “elaboração de projeto de recomposição florestal referente ao plantio compensatório pelo corte de árvores isoladas, perfazendo um total de 7.000 mudas, no trecho compreendido entre os municípios de São Carlos a Matão. A execução da obra e/ou serviços e demais responsabilidades ficam a cargo da Concessionária de Rodovias Triângulo do Sol Auto-Estradas S/A.”; ART 92221220090705542, recolhida em 29.07.2009: serviços de “elaboração de projeto de recomposição florestal referente ao plantio compensatório pelo corte de árvores isoladas e intervenção em APP, perfazendo um total de 100 mudas de essências nativas em uma área de 0,06 ha. A execução da obra e/ou serviços e demais responsabilidades ficam a cargo da Concessionária de Rodovias Triângulo do Sol Auto-Estradas S/A.”. Considerando a Decisão CEEC/SP nº 1624/2015, que decide “pelo entendimento que as ARTs de número 92221220120570037 e 92221220120449270 não cabe nenhuma responsabilidade pois é de competência do Engenheiro Florestal. As ARTs de número 92221220100324418, 92221220091193943, 92221220090705648 e 92221220090705542 deveriam ser melhor apuradas remetendo à Câmara Especializada de Agronomia e se comprovada sua não atribuição a um Engenheiro Florestal que as mesmas sejam canceladas e com isso seriam tomadas as providências cabíveis.” Considerando a Decisão CEA/SP nº 244/2016, a CEA decide “pela comunicação ao interessado para que apresente seu currículo, e que este seja analisado se contempla os conhecimentos através das disciplinas, e se este possui o mínimo de carga horária necessária para obtenção de tal conhecimento, para a execução das atividades descritas nas ARTs.” Considerando a Pesquisa feita ao Sistema CREANET, Resumo do Profissional, em 23.01.2017, verifica-se que não há responsabilidades técnicas ativas, para o profissional. Considerando que em 23.01.2017, pelo Ofício nº 025/2017, a UGI/São José do Rio Preto, notifica o interessado para apresentar seu currículo escolar para possibilitar a análise da compatibilidade entre atribuições do profissional e as atividades descritas nas ARTs, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do ofício, com o respectivo Aviso de Recebimento, datado de 02.02.2017. Considerando o não atendimento do ofício acima citado, a UGI/São José do Rio Preto, restitui o processo à CEA/SP, para análise e deliberações. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial o artigo 6º, 7º e 45. Considerando Lei Federal nº 6.496/77, em especial o artigo 1º e 2º. Considerando a Resolução Confea nº 1.025/09, em especial o artigo 4º. Considerando as atribuições do Engenheiro Ambiental estão definidas na Resolução nº 447 de 22 de setembro de 2000. Considerando a Resolução nº 218/73, especifica as atividades que os profissionais podem desempenhar. Considerando que as atribuições descritas estão colocadas de maneira genérica pela legislação e que Isto se deve, principalmente, pelo fato de que os currículos dos cursos de Engenharia Ambiental são muito diferentes, inclusive dentro do mesmo estado. Considerando que as Universidades montam os cursos, conforme necessidade regional do mercado de trabalho, por isso os mesmos se tornam tão amplos e até mesmo difíceis em definir o que pode ou não ser feito



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

por este profissional, apesar de possuírem o mesmo título na sua formação acadêmica, Engenheiro Ambiental. Considerando conforme disposto na Lei nº 5194/66, o profissional só está legalmente habilitado a exercer a profissão após o seu registro no Conselho Regional, portanto a escola capacita profissionalmente e o CREA habilita legalmente, sendo responsabilidade do Conselho Federal determinar as atribuições dos profissionais que fazem parte deste órgão de fiscalização. Considerando a diversidade dos currículos dos cursos de Engenharia Ambiental, hoje há mais de 90 cursos ministrados nesta área, a legislação permite que sejam analisados os currículos, para possíveis extensões de atribuição, conforme disposto no Artigo 3º da Resolução nº 447 de 2000. Considerando portanto, que se os profissionais desta área desejarem exercer alguma outra atividade além daquelas previstas na Resolução nº 447/2000, do Confea, deverão solicitar extensão de atribuição, para que o currículo do profissional seja analisado pelas Câmaras Especializadas envolvidas, para a definição quanto a nova atribuição. Considerando que casos já foram definidos pelo CONFEA, através das Decisões Plenárias nº 0979/2002, 3723/2003, 0464/2007 e 1701/2008. Considerando que dependendo da atividade que estiver sendo requerida, será necessário comparar o currículo do profissional da engenharia ambiental com o da modalidade de engenharia onde a atividade está enquadrada, conforme orientação do Conselho Federal. Considerando que para análise de atribuições, são considerados basicamente dois itens na solicitação de nova atribuição: se o currículo contempla os conhecimentos através das disciplinas e se este possui o mínimo de carga horária necessária para obtenção de tal conhecimento, para a execução da atividade. Considerando que é importante que se tenha consciência de que o fato de abordar várias disciplinas no currículo das mais diversas áreas, não garante que no final do curso o futuro profissional tenha atribuição para tudo o que envolve a área ambiental, pois o conhecimento foi repassado de maneira superficial, ou seja, com caráter informativo e não formativo, que defini a atribuição. Considerando ainda, que a escola fornece os conhecimentos básicos para atuação do profissional, porém de acordo com a Lei 5194/66, o órgão que possui competência legal para conceder atribuição profissional é o sistema CONFEA/CREAs. Considerando que o interessado não apresentou seu currículo escolar para possibilitar a análise da compatibilidade entre atribuições do profissional e as atividades descritas nas ARTs. Considerando a Decisão da CEEC/SP nº 1624/2015 que DECIDIU: “Pelo entendimento que as ARTs de numero 92221220120570037 e 92221220120449270 não cabe nenhuma responsabilidade pois é de competência do Engenheiro Florestal. As ARTs de numero 92221220100324418, 922212220091193943, 92221220090705648 e 92221220090705542 deveriam ser melhor apuradas remetendo à Câmara Especializada de Agronomia e se comprovada sua não atribuição a um Engenheiro Florestal que as mesmas sejam canceladas e com isso seriam tomadas as providências cabíveis”. Considerando que as atividades descritas nas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs constantes do processo 92221220120570037, 92221220120449270, 92221220100324418, 922212220091193943, 92221220090705648 e 92221220090705542. Considerando o disposto nos artigos 5º e 10 da Resolução 218/73, do Confea, que tratam das atribuições dos Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Florestais, respectivamente. Considerando que o profissional interessado é Eng. Ambiental com as atribuições do artigo 2º, da Resolução 447 de 22/09/2000, que consiste nas atividades de 01 a 14 e 18, do artigo 01, da Resolução 218, de 29/06/73 do CONFEA,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

referentes a administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos.”Considerando o inciso II do art. 25 da Resolução 1025/09, do Confea, que dispõe sobre a nulidade da ART quando for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico. DECIDIU: **Pela anulação das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs números: 92221220120570037, 92221220120449270, 92221220100324418, 922212220091193943, 92221220090705648 e 92221220090705542, nos termos do inciso II do art. 25 da Resolução 1025/09 do Confea. Em processo próprio, lavrar auto de infração em face do profissional Eng. Ambiental Alessandro Henrique Felici, por exorbitância nos termos alínea “b” do artigo 6º da Lei 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>144/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-2797/2016</b>
Interessado(a):	<b>ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA HUMANITAS</b>

**EMENTA: Lavrar de auto por infração ao artigo 60 da Lei Nº 5.194/66 à Associação Instituto de Pesquisa Aplicada Pró Humanitas, e dá outras providências.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-2797/2016** que trata do assunto de apuração de irregularidades face a denuncia recebida contra a Associação Instituto de Pesquisa Aplicada Pró Humanitas. Considerando a Denúncia On-Line formulada pelo Sr. Durval Fernando Villaça Bocatto, de São Roque, SP, em 15.06.2016, protocolada sob nº 86.680 – quanto ao exercício ilegal de atividades pela Associação Instituto de Pesquisa Aplicada Pró Humanitas, CNPJ 18.090.169/0001-45, por não estar registrada no Crea-SP e não ter responsável técnico e estar coordenando alteração no Plano Diretor de São Roque. Considerando que a Associação está inscrita na Receita Federal com as Atividade de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção. Considerando o comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Associação (nome fantasia: Instituto Pro Humanitas – atividade econômica principal: e dentre as secundárias: serviços de arquitetura (natureza jurídica: associação privada). Considerando a página da Associação na Internet. Considerando a informação de cadastro do Crea-SP: nenhum registro encontrado com o CNPJ da Associação. Considerando a Tela de consulta de empresa junto ao CAU – nada localizado com o CNPJ da Associação. Considerando que a Associação foi notificada para requerer o seu registro neste Crea-SP, indicando profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu responsável técnico, sob pena de autuação de acordo com o artigo 59 da Lei 5.194/66, pela atividade de projeto de alteração do plano diretor de São Roque-SP - AR respectivo datado de 30.06.2016. Considerando que em 11.07.2016 (portanto, tempestivamente), a Associação protocolou na UGI/Sorocaba, sob nº 98.936, manifestação quanto à notificação acima, informando dentre outras coisas, que o Instituto possui em seu estatuto profissional devidamente qualificado e devidamente habilitado junto ao CAU-BR; que por já possuir profissional habilitado junto ao CAU-BR, iniciou seu registro junto ao SISCAU, protocolado em 02.07.2016, sob nº 70.836; que não realizou qualquer tipo de projeto ou pesquisa acerca do projeto de alteração do Plano Diretor de São Roque tendo feito apenas sugestão de ações para a ordenação da expansão urbana do Município, uma vez que como entidade social agindo em interesse da coletividade e do meio ambiente, tem interesse no desenvolvimento sustentável da municipalidade e que o projeto de alteração do Plano Diretor de São Roque foi desenvolvido e apresentado pelo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

engenheiro próprio da Prefeitura de São Roque, o Sr. Sérgio Ricardo De Angelis, Diretor do Departamento de Planejamento e Meio Ambiente. Considerando que foi anexada copia da Ata datada de 05.04.2013, de Fundação da Associação, denominada simplesmente Instituto Pro Humanitas na qual verifica-se que a Arquiteta Urbanista Aline Oliveira de Lúcia é membro da associação. Considerando o objeto social da associação: promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção da educação ambiental; da educação familiar; promoção gratuita da educação ...; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente, proteção da biodiversidade e promoção do desenvolvimento sustentável; do voluntariado; do desenvolvimento econômico e social; experimentação não lucrativa de novos modelos sócio-produtivos...; promoção da ética, da paz...; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos. Considerando a solicitação de cadastro CAU, citando como responsável técnico Aline Oliveira de Lúcia. Considerando o Ofício dirigido à Prefeitura de São Roque (A/C do Sr. Sérgio Ricardo de Angelis), encaminhando em 23.09.2015 Proposta de Estruturação Urbana para o Desenvolvimento Sustentável. Considerando o documento assinado pelo Eng. Sérgio R. de Angelis, Diretor do Departamento de Planejamento e Meio Ambiente da PM de São Roque ao Departamento Jurídico da Prefeitura da Proposta de Revisão do Plano Diretor, após leitura e análise do relatório São Roque Urbano e natural: proposta de estruturação urbana para o desenvolvimento sustentável elaborado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada Pro Humanitas, após apresentação e discussão da proposta no Conselho da Cidade. Considerando a informação de cadastro no Crea-SP do profissional Sérgio Ricardo de Angelis, registrado como Tecnólogo em Mecânica-Desenhista Projetista, desde 03.07.2013, com atribuições do artigo 23 da Res. 218/73, do Confea, circunscritas ao âmbito da respectiva modalidade. Considerando que a UGI/Sorocaba, em 08.08.2016, notificou o profissional citado para apresentar manifestação formal acerca da declaração da Associação quanto à participação na alteração do plano diretor de São Roque – AR respectivo datado de 05.09.2016. Considerando que o Tecnólogo Sérgio Ricardo de Angelis protocolou na UGI, sob nº 127.023 manifestação: que o referido projeto foi integralmente de responsabilidade da Associação, não cabendo a ele qualquer responsabilidade pela autoria do mesmo; que não cabia a ele a autoria do projeto, somente a análise preliminar do mesmo e encaminhamento para apreciação do Conselho da Cidade, o qual já manifestou interesse em nova análise do projeto, com isto, tal projeto de alteração do Plano Diretor, enquanto encaminhamento para Audiência Pública, foi integralmente cancelado, devendo o mesmo se assim houver novamente o interesse por parte do Poder Público, ser reencaminhado para o Conselho da Cidade para nova manifestação. Finalmente sustenta que o projeto não foi realizado nem concebido por ele, e sim pela Associação, do qual contesta veementemente a afirmação destacada no processo. Considerando que para subsidiar a análise do assunto, foram anexadas o print da tela de pesquisa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, onde se verifica o registro do Instituto Pro Humanitas somente ocorreu naquele órgão em 19.07.2016, portanto após a denúncia. Considerando a Lei Nº 5.194/66, em especial os artigos Art. 3º, 59 e 60. Considerando a Resolução nº 1.025/09, em especial o artigo 28. DECIDIU: **1) Pela lavratura de auto por infração ao artigo 60 da Lei Nº 5.194/66 à Associação Instituto de Pesquisa**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**Aplicada Pró Humanitas; 2) Em processo próprio pela lavratura de auto por infração ao artigo 3º da Lei Nº 5.194/66 ao profissional Tecnólogo em Mecânica – desenhista projetista Sérgio Ricardo de Angelis, referente à utilização do título de engenheiro e 3) Apurar indícios de adequação e realização de trabalho técnico no Plano Diretor pelo tecnólogo Sérgio Ricardo de Angelis. Caso afirmativo, encaminhe à Câmara Especializada em Engenharia Civil para demais providências e eventual enquadramento ético.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>145/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-1140/2017</b>
Interessado(a):	<b>DIRCEU ALVES CORTEZ</b>

**EMENTA: Concede vista ao Conselheiro Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio.**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-1140/2017** que trata apuração de indícios de irregularidades na prestação de serviços realizados pelo Engenheiro Agrônomo e de Segurança do Trabalho DIRCEU ALVEZ CORTEZ. DECIDIU: **Concedeu vista ao Conselheiro Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>146/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-1299/2017</b>
Interessado(a):	<b>IMUNIBEM SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA EPP</b>

**EMENTA: A empresa Imunibem Saneamento Ambiental Ltda EPP não necessita registro no CREA SP, uma vez que a empresa está registrada no CRBio.**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-1299/2017** que trata do análise e parecer, quanto à obrigatoriedade de registro da empresa Imunibem Saneamento Ambiental Ltda EPP em face ao registro ao CRBio-01 (Conselho Regional de Biologia), quanto a existência ou não de infração a legislação vigente. Considerando o relatório de fiscalização em estabelecimento de saúde, Hospital UNIMED São Carlos, dentre as empresas relacionadas destaca-se a Interessada – responsável pela Dedetização /Desinsetização/Desratização; Em consulta ao Cadastro do CRbio-01, a empresa está registrada, sob n.º 000238/01-D, situação: Ativo/Regular. Considerando as informações de cadastro da empresa no CREA/SP, destacando-se: a interessada esteve registrada no período de 11.07.1997 a 31.12.2008 (processo F-32015/1997), quando seu registro foi cancelado por debito de anuidades, nos termos do art. 64 da Lei 5.194/66, a interessada possui em andamento o Processo SF-2560/2007, por infração à alínea “E” do art. 6º da Lei 5.194/66, (falta de responsável técnico), com carga para a Procuradoria Jurídica desde 2013. Considerando a Lei nº 5.194/66, da qual destacamos: Art. 7º, 8º, 45, 59 e 60. Considerando a Resolução n.º 1008/04 do CONFEA, em especial os artigos 2º, 5º, 10, 11, 15, 16 e 17. Considerando a Decisão Normativa n.º 67/00 do CONFEA, que dispõe sobre o registro e a anotação de responsabilidade técnica das empresas e dos profissionais prestadores de serviços de desinsetização, desratização e similares. Considerando a Portaria Anvisa, nº 09/00 NORMA TÉCNICA PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO EM CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS. DECIDIU: **Não há necessidade de registro no CREA SP, uma vez que a empresa Imunibem Saneamento Ambiental Ltda EPP está registrada no CRBio.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr.



Fls. Nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

### DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>147/2018</b>
Referência:	
Interessado(a):	

EMENTA:

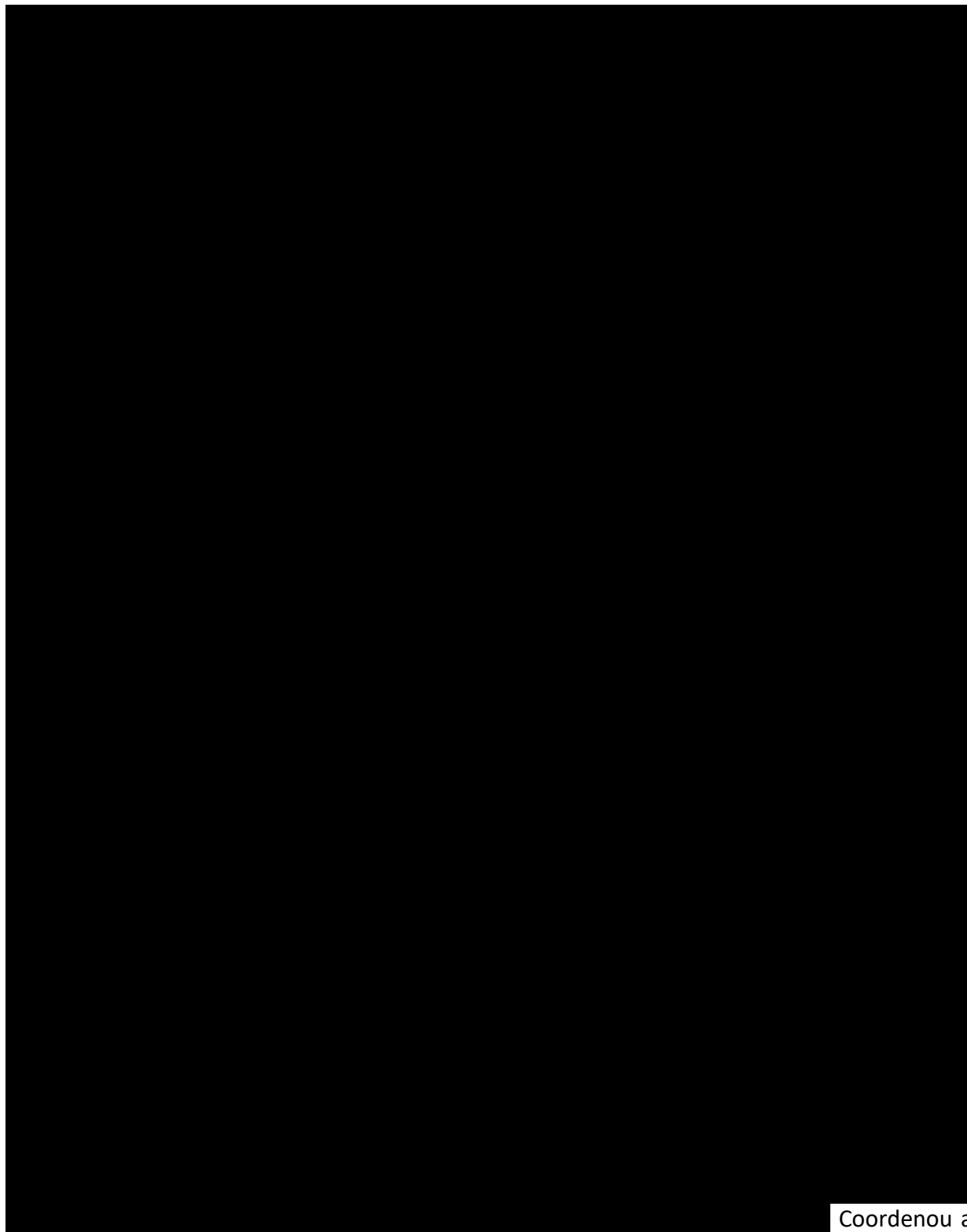
## DECISÃO



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**



Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>553</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>148/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-1988/2016</b>
Interessado(a):	<b>FABIO AMBRÓSIO LOUREIRO</b>

**EMENTA: Mantém o Auto de Infração nº 24309/2016, lavrado em face do senhor Fábio Ambrósio Loureiro referente a infração ao artigo 58 da Lei Federal nº 5194/66.**

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 26 de abril de 2018, apreciando o processo **SF-1988/2016** que trata de autuação do senhor Fábio Ambrósio Loureiro por infração ao artigo 58 da Lei 5.194/66. Considerando que em processo de fiscalização o interessado, que possui registro cancelado no CREA-RJ como Engenheiro Agrônomo, foi identificado como funcionário da Urbanizadora Municipal S/S – URBAM, exercendo atividades de “Engenheiro Agrônomo” sem possuir registro no CREA-SP. Considerando que o profissional está com o registro cancelado no CREA-RJ desde 16/08/2012. Considerando que em 06/06/2016 o interessado foi notificado para “Requerer o registro no CREA/SP” e em 08/07/2016 foi novamente notificado para “Requerer o Visto no CREA/SP”). Considerando que a fiscalização apresenta relatório. Considerando que em 05/08/2016 o interessado foi autuado por infração ao artigo 58 da Lei 5.194/66, por meio do Auto de Infração No. 24309/2016, com multa no valor de R\$ 589,64. Considerando a informação de que a multa não foi paga. Considerando que o interessado não apresentou defesa e o processo foi encaminhado à CEA para análise e parecer, à revelia do interessado, quanto à manutenção do referido Auto de Infração. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos: 45 e 58. Considerando a Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, em especial os artigos 2º, 5º, 10, 11, 15, 16, 17, 20, 43 e 46. Considerando a ausência de defesa contra o Auto de Infração nº 24309/2016, tendo decorrido em 25/08/2016 o respectivo prazo legal para o interessado. **DECIDIU: Pela manutenção do Auto de Infração nº 24309/2016, lavrado em face do senhor Fábio Ambrósio Loureiro referente a infração ao artigo 58 da Lei Federal nº 5194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli Eng. Ftal. Jose Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, , Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de





Fls. Nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 08 de maio de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia